



Anais da Assembléia

N.º 84

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 125ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1977

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados José Domingos Scarpelini, Basílio Zanusso, Nelson Buffara e Otássio Pereira (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 36/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 04/77, ex-Proposição número 165/77 — aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná e o Município de Alto Piquiri, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Em regime de Urgência. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a Sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 126ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1977.

Presidência do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Gabriel Sampaio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni

Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados José Domingos Scarpelini, Basílio Zanusso, Nelson Buffara e Otássio Pereira (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM 75/77

Curitiba, 27 de junho de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que objetiva prorrogar, até 30 de junho de mil novecentos e setenta e nove, os efeitos da Lei número 6547, de 06 de junho de 1974.

Através das Leis números 6547/74 e 6677/75, foi suspensa até 30 de junho do corrente ano, a aplicação das restrições de remuneração previstas no número 02 do artigo 6.º do número 01 do artigo 14 e no parágrafo segundo do artigo 52, da Lei 6417, de 03 de junho de 1973 (Código de Vencimentos da PMEP), para os policiais-militares que estiverem no exercício das funções que especifica.

O plano de lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis, é oportuno e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois virá ensejar condições a fim de que os Órgãos da Polícia Civil do Estado possam, por mais algum tempo, continuar contando com a colaboração de integrantes da Polícia Militar do Estado.

A Lei número 6417, de 03 de junho de 1973, que dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, contém disposições segundo as quais o Policial Militar quando em exercício de funções fora da Corporação poderá perder direito à percepção de remuneração. Assim sendo, para que as atividades da Polícia Civil não sofram o impacto da redução de seu atual contingente de pessoal, é que se propõe a medida consubstanciada no anexo anteprojeto de lei, prorrogando por mais dois anos os efeitos da lei número 6547/74, a fim de permitir que Policiais Militares continuem colaborando com a Polícia Civil, até que venha contar com um quadro de pessoal que atenda plenamente às suas reais finalidades.

Certo de que o plano de lei submetido à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa., os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam prorrogados até 30 de junho de 1979

(um mil, novecentos e setenta e nove), os efeitos da Lei número 6547, de 05 de junho de 1974.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 76/77

Curitiba, 27 de junho de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que objetiva acrescentar a Tabela VII, do Anexo I, da Lei número 6863, de 04 de abril de 1977, das expressões que especifica, bem como transferir cargos da Parte Suplementar para a Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo e adotar outras providências.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis foi elaborado em atenção ao contido no Ofício número 291/77, datado de 02 de maio próximo passado, encaminhado por V. Exa. a este Poder Executivo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º A Tabela VII — cargos da Parte Suplementar do Poder Legislativo, do Anexo I, da Lei número 6863, de 04 de abril de 1977, fica acrescida das expressões “Médico — Cr\$ 7.641,00”.

Art. 2.º Os cargos de Diretor Adjunto, Assistente Técnico, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, constantes do Anexo III, da Lei número 6119, de 29 de junho de 1970, passam a integrar, como categoria especial, a parte permanente dos cargos efetivos do referido Quadro de Pessoal.

§ 1.º Os cargos de Assistente Técnico e de Diretor Adjunto passam a ter a denominação de Consultor Legislativo, privativos de bacharel em direito, com as funções de assessoramento superior, lotados no Gabinete de Assistência Técnica, mantidos os direitos, vencimentos e vantagens de seus ocupantes.

§ 2.º A Assembléia Legislativa do Estado, estabelecerá, por resolução, as normas de acesso aos cargos de que trata este artigo.

Art. 3.º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

EMENDAS:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 91/76

Inclua-se o seguinte parágrafo.

“§ Único — A presente doação fica gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade”.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

EMENDA ADITIVA AO

PROJETO DE LEI 83/75. (n.º 1)

Acrescente-se ao artigo 130, inciso III, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários do Estado):

Art. 130 —

III — bem como, o prestado por Servidores da Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1977.

(aa) WERNER WANDERER. Apoiantes: Fuad Nacli, Rosário Pitelli, Gilberto Carvalho e Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores Públicos do Paraná, é o órgão de representação dos Funcionários Públicos do Estado e, como tal, reconhecida oficialmente no próprio Estatuto dos Funcionários. Logo, a contagem de tempo prestado por servidores daquele órgão, que venham a ser nomeados no serviço público, constitui uma medida de justiça, porque aqueles servidores prestam efetivamente um serviço público ao atender todas as categorias funcionais, quer no órgão de classe, quer nas repartições públicas do Estado.

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas prerrogativas legais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, que através do DER, providencie, com a máxima urgência, o uso do desvio da estrada construída em Mandaguari, tendo em vista o pedido daquele povo, para solucionar, de uma vez por todas, o problema de trânsito daquela cidade que, passando na via principal, vem colocando em risco a vida de transeuntes, ao comércio principal, e até dificuldades à S. Exa., o Prefeito local, que não tem condições de manter em ordem aquela via, tendo em vista o transporte pesado que a utiliza.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1977.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 88/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE ROUPEIROS DE SANTA RITA DE CÁSSIA, com sede à rua Bernardino de Campos, s/n., na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1977.

(a) GABRIEL SAMPAIO

PROJETO DE LEI N.º 89/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade Pública o CLUBE DE RÁDIO AMADORES DO LITORAL DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1977.

(aa) ACCIOLY NETO. Apoiantes: Trajano Bastos, Antônio Facci, Lúcio Machado, Muggiat ti Filho e Osvaldo Macedo.

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Rádio Amadores do Litoral do Paraná, com sede na cidade de Paranaguá, é uma Sociedade Civil sem finalidades lucrativas, e que tem por finalidade a divulgação do radioamadorismo na região litorânea de nosso Estado.

A entidade possui personalidade jurídica e se encontra devidamente registrada na Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão — LABRE.

Esta sociedade acha-se perfeitamente aparelhada no que tange a ministrar — gratuitamente, como sempre, aulas sobre transmissão e recepção de Sinais Morse, como também no magistério de Eletrônica, principalmente no ramo de transmissão e recepção, tanto em Amplitude Modulada, em CW (telegrafia), como também em Sing-Sid-Band (SSB-bandas laterais superior e inferior).

Escola de Civismo, além do treinamento já mencionado,

prepara-se para ministrar instrução à Tropa de Escoteiros Comandante Santa Rita, desta cidade.

Em anos anteriores, em curso de Secretariado, também nesta cidade, foram dadas aulas sobre Telecomunicações, que incluem ensinamentos desde os primeiros sinais a fogo e fumaça, até os mais modernos e sofisticados meios de telecomunicações, culminando com uma demonstração "ao vivo" do funcionamento de uma estação de rádioamador, estabelecendo contatos com diversas Unidades da Federação.

Da análise dos seus Estatutos, que anexamos ao presente, podemos deduzir que o clube vem se constituindo em uma Escola de Civismo que muito tem contribuindo no setor da experimentação e pesquisa em assuntos técnicos e de radioamadorismo dentro do nosso Estado.

Por seu efetivo funcionamento e comprovada prestação de serviços à coletividade, dentro das finalidades do clube, pelas normas estatutárias, já obteve o reconhecimento público municipal, através da Lei número 825, de 03/05/71.

A documentação apensa, comprova o preenchimento de todas as exigências legais, previstas pelas legislações federal e estadual reguladoras da declaração de utilidade pública.

Diante do exposto, espera-se que o presente projeto, visando o reconhecimento público estadual, merecerá o apoio e a aprovação desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI N.º 90/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a implantar, a partir de 1978, ensino de 1.º grau até 8.ª série, na localidade de "Jardim Rio Verde", Município de Colombo, utilizando as dependências do Grupo Escolar "ALFREDO CHAVES".

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

JUSTIFICATIVA:

A localidade denominada "Jardim Rio Verde" no Município de Colombo, compreendendo os lugares "Vila Guarani", "Jardim Maracanã", "Campo Pequeno" e outros, tem hoje uma população que se aproxima de 20 mil habitantes.

Conseqüentemente, possui uma coletividade em idade escolar ponderável, existindo, tão só, até agora, ali estabelecimento de ensino de 1.º grau, até 4.ª série (curso primário). As crianças, concluindo, o estágio inicial de estudo, se vêem impossibilitadas de continuarem o aprendizado. Ou então são obrigadas a deslocarem-se em longos percursos em busca de estabelecimentos distantes daquele local.

Pertencendo ao Município de Colombo, essa localidade fica muito afastada da sede municipal, e, na verdade, se encontra na divisa do município de Curitiba.

Qualquer opção, em busca de estudo — Colombo-Curitiba, implica mormente para jovens, ainda quase crianças, em perigosos sacrifícios e onerosos percursos.

A implantação de ensino de 1.º grau até 8.ª série, na forma pretendida, tem a facilitar-lhe a existência de equipamentos físicos de propriedade do Poder Público Estadual, onde hoje se encontra em funcionamento o Grupo Escolar "Alfredo Chaves".

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Requeremos, nesta oportunidade, Sr. Presidente, ao DER, por dois motivos:

Passamos ontem, Sr. Presidente, pela cidade de Mandaguari, na nossa volta do interior.

Ouvimos lá, Vereadores a fazerem reclamações; ouvimos, também, gente do povo, sem cargo eletivo, a pedirem a nós que tomássemos, desta Casa do povo, uma providência no sentido de se regularizar o trânsito daquela cidade.

Sr. Presidente, vários Deputados já desfilaram desta tribuna, a reclamarem o problema do trânsito das estradas que passam em meio a cidades; há poucos dias, aqui, ouvi um problema, se não me engano, de Jacarezinho.

São caminhões, Sr. Presidente, do maior porte existente, a colocar em risco a vida das crianças que vão à escola.

São caminhões, a colocarem em distúrbio a vida comercial de uma cidade. E, Mandaguari, Sr. Presidente, inclusive, o Prefeito Alexandre, não consegue manter a principal via da cidade em condições de tráfego e o povo a reclamar e o povo a gritar por providências urgentes.

Acontece, Srs. Deputados, que para aquela cidade, às vésperas de eleições, talvez para homenagear um Prefeito da ARENA, o Governo do Estado doou verbas e foi feito um desvio para que os caminhões não passassem pelo centro da cidade.

Verba política!

Atendimento político!

Asfalto político, Sr. Presidente!

Eis que, milhões de cruzeiros do imposto deste povo sofrido, do suor do rosto de muita gente, da dedicação de nosso povo, foram gastos para, às vésperas de eleições, se fazer um desvio que, hoje, tendo em vista o mal atendimento, não está sendo trafegado.

E, continua Mandaguari, como se fosse, no centro da cidade, um verdadeiro inferno a perturbar a vida daqueles habitantes que tanto têm pedido e clamado para que o Governo do Estado construísse um desvio. Está lá o desvio construído e jogado o dinheiro do povo ao léu da sorte, dinheiro do sacrifício, dinheiro, às vezes até, de lágrimas, Sr. Presidente.

E, nós, neste nosso pronunciamento, requeremos ao Governador do Estado, através do Secretário de Transportes, do DER, do departamento adequado, responsável, para que atenda, urgentemente, o povo de Mandaguari e desvie, do centro da cidade, o trânsito pesado.

Temos outro requerimento, Sr. Presidente, quanto à Estrada Rodovia do Café que liga Maringá a Curitiba também em péssimas condições, intransitáveis, provocando desastres e mortes, mas, nós queremos abordá-lo no Expediente de amanhã.

Era este o meu requerimento, Sr. Presidente, representando e pedindo, pelo povo e por Vereadores da cidade de Mandaguari.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao eminente Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando predomina o arbítrio, a bandeira de manifestação é desenhada pela incoerência. Verificamos nas páginas dos jornais de grande circulação do País, de hoje, a revolta do Poder, sobre a manifestação do nosso Partido, através da sua mais pura liderança pela rede de televisão ocorrido da última segunda-feira.

Manifestações das mais lacônicas foram arrancadas das autoridades mais importantes do poder do arbítrio, e dá a entender que teriam eles, estes homens que instalaram e exercem a exceção deste País, certamente, eles queriam que o MDB através das suas lideranças fosse dizer ao povo e à Nação, que o País vai bem. Quando na realidade o povo e a Nação sabem porque está sentindo, que o País vai mal.

E admitimos como incoerência e não podemos furtar o direito de criticar como parlamentar do Paraná, o que diz o General João Baptista de Figueiredo, Chefe do Serviço Nacional de Informações, referindo-se aos pronunciamentos feitos por

dirigentes e líderes do MDB, na Rede Nacional de Rádio e Televisão, perguntou:

"Eles querem o diálogo? mas que diálogo é este".

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é incrível ter que aceitar e acatar, manifestação de pessoa de tão relevante importância da instituição deste País, a falta de entendimento ou de capacidade de esconder o seu próprio entendimento. Porque não vai o Poder do arbítrio, o partido que ele representa, à Televisão do País, da mesma forma que foi o MDB, e contesta à Nação a 70 ou 80 milhões de brasileiros, que venha uma denúncia pela mais alta verdade, que vive esta Nação, refuta e contesta, e prova à Nação que o MDB não disse a verdade. A grande verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que este Partido, é de fato uma resistência democrática; este Partido acima de tudo é a chispa candente da democracia brasileira.

Se não fosse o MDB, com estes homens que enfrentam o arbítrio, a decepção, o desgosto, a desilusão neste País, naturalmente a Nação já teria chegado ao caos e ao desequilíbrio econômico.

Prevaricar a liberdade é promover a caminhada fúnebre para o enterro da própria democracia e do crescimento da Nação.

Oxalá o pronunciamento da alta liderança do MDB deste País tenha sido o passo esperado para a abertura democrática da Nação, porque nenhum País cresce sendo privada a liberdade dos homens que devem falar em seu nome.

O Estado foi criado pelo povo por uma necessidade, a necessidade da proteção social a este mesmo povo, para que ele possa desenvolver-se, para que ele possa progredir e fazer progredir a Nação em que ele vive.

É a grande verdade, Sr. Presidente, que a Nação inteira ouviu através de uma rede de televisão, o que há muito tempo não era permitido. A verdade manifesta pela liderança do povo, a verdade duramente sofrida e conhecida pela gente brasileira. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho falar aos Srs., na qualidade de Deputado do povo paranaense, a esta Assembléia Legislativa e trazendo, naturalmente, não conhecimentos técnicos especializados, mas a visão do empresário que pode contar alguma experiência no trato dos negócios.

Encerramos nesta semana o primeiro semestre de 1977, que foi cheio de desvios na caminhada da Nação. A política econômica esteve sujeita a variações mais ou menos frequentes, anunciadas como necessárias para se conseguir, primeiro o equilíbrio da balança comercial e depois, a baixa da inflação.

Esperamos que o segundo semestre seja mais favorável a todos, principalmente em termos de normalidade das regras econômicas.

Mas fazemos votos, sobretudo, que os primeiros pontos de sucesso na luta contra a inflação se mostrem firmes. Se a taxa de inflação baixar para dois por cento ao mês, será possível suportar seus efeitos mais este ano.

Embora todos queiramos que os preços sejam estáveis, é preferível conviver com um pouco de inflação, mas manter o país em crescimento.

Aliás, esse é o nosso maior objetivo: que o Brasil continue crescendo com entusiasmo, baseado na capacidade de trabalho do nosso povo e na vastidão dos nossos recursos. Só há um caminho possível para garantir a grandeza deste País, e nesse caminho passa o desenvolvimento.

A propósito, quero trazer à Casa as conclusões do documento firmado pelas Associações Comerciais de todo o Brasil, em São Luiz do Maranhão. O empresariado do comércio pede que as medidas econômicas a serem adotadas sejam

precedidas de amplo diálogo, para que todos entendam seus objetivos. E entendendo-as, possam ter o consenso para ajudar a cumpri-las. Só com esse diálogo, essa abertura, juntaremos todas as forças da Nação na luta pelo desenvolvimento que fará a grandeza do País. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, para falar no Pequeno Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Consta da Ordem do Dia, em segunda discussão, Projeto de Lei número 83/75, relativo à publicação e acréscimo de termos ao artigo 130 da Lei 6174, que estabelece o Estatuto do Funcionalismo Público do Estado do Paraná.

Nossa pretensão é de que este douto Plenário aprecie duas emendas que vamos apresentar. (Lê):

Emenda ao Projeto de Lei N.º 83/75.

Acrescente-se ao artigo 1.º, inciso VI, com a seguinte redação:

"VI — O período do exercício da advocacia, até o máximo de dez (10) anos, ao funcionário ocupante de cargo para o qual seja exigida habilitação como Bacharel em Direito".

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1977.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO. Apoiantes: Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Lúcio Machado, Accioly Neto, Hélio Manfrinato, Enéas Faria, Antônio Facci, Jayme Rodrigues Carvalho, Valter Pietrângelo, Ernesto Dal'Oglio, Domício Scaramella, Deni Schwartz, Renato Bernardi, Waldenício Barbalho, Trajano Bastos.

JUSTIFICATIVA:

A exemplo do que ocorre em outros Estados, no Paraná é deferida a contagem de tempo de advocacia aos membros do Tribunal de Justiça, nomeados em razão do quinto constitucional, até o máximo de 15 (quinze) anos.

Da mesma forma, a todos os demais magistrados, a lei concede o direito de contar o tempo de advocacia até o limite de 10 (dez) anos.

Esse direito surgiu com o advento da Lei 5809, de 15 de julho de 1968, em seu artigo 141, e figurou nos Códigos de Organização e Divisão Judiciárias editados em 1971 e 1975, respectivamente, sendo que neste último (Resolução Normativa número 01/75), o benefício vem expresso em seu artigo 132.

Convém salientar que, referente a este assunto, muitas polémicas têm sido levantadas em razão do texto do artigo 68, da Lei Federal número 4215, de 27 de abril de 1963 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), que dispõe:

"Art. 68 — No seu ministério privado o advogado presta serviço público, constituindo, com os Juízes e membros do Ministério Público, elemento indispensável à administração da Justiça".

Existindo contagem semelhante instituída pela Lei Estadual número 5809, de 15 de julho de 1968, nada impede que tratamento idêntico seja dispensado aos demais funcionários do Estado que preencham os mesmos requisitos".

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI N.º 83/75.

Art. 1.º O artigo 130, inciso III, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários do Estado), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 130 - Para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade será computado integralmente:

I —

II —

III — O tempo de serviço prestado em empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia, ou fundação instituída pelo Poder Público Estadual, bem como ao próprio Estado, sob qualquer regime de trabalho, diverso do estatutário.

IV -

V -

Parágrafo Único -

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1977.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO. Apoiantes: Ernesto Dal'Oglio, Trajano Bastos, Osvaldo Macedo, Lúcio Machado, Mugiati Filho, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Jayme Rodrigues Carvalho, Enéas Faria, Antônio Facchi, Hélio Manfrinato, Deni Schwartz, Waldenício Barbalho, Accioly Neto e Domício Scaramella.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto, numa medida de justiça, visa a inserção do tempo prestado também às autarquias, para ser computado para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Ao final do inciso III, consta que o tempo a que se refere esse dispositivo, deverá ser computado qualquer que seja o regime de trabalho em que tenha sido prestado.

Todavia, existem outras categorias de servidores que prestam serviços diretamente ao Estado, sob regime diverso do estatutário, tais como os componentes do Quadro de Pessoal Suplementar (P.S.), contratados ou mesmo recibados, os quais, ao ingressar nos Quadros de Pessoal Permanente dos diversos órgãos estaduais encontram sérias dificuldades para contar o tempo de serviço prestado sob outro regime de trabalho.

A inclusão desses servidores no presente projeto de lei é, paralelamente ao que pretendem os nobres signatários desse plano, medida de inteira justiça.

Por esta razão, peço não só vênica, mas apoio e prestígio a esse projeto que é de inteira justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste Plenário, do Sr. José Alcântara Dias, digníssimo Vereador do MDB do Município de Porecatu. Se faz acompanhar do Sr. Antônio Silva, professor naquele município.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu não tinha intenção de comentar a participação do Movimento Democrático Brasileiro no programa de televisão quando falou a todo o País na última segunda-feira.

Mas, diante das palavras do nobre Deputado Lúcio Machado, nas quais ele coloca, nas entrelinhas bem entendido, os homens da Arena como assistentes passivos de todos os erros que se cometem neste País e impunha a bandeira da redemocratização, como se fora uma bandeira de propriedade exclusiva do MDB, eu não poderia me furtar, Sr. Presidente, de dar o meu pensamento.

Porque acho que uma bandeira é uma bandeira. Ela não muda de cor, de acordo com quem a impõe. E as bandeiras acenadas aos brasileiros pelo MDB, acho que não têm dono, porque são aspirações nacionais, exigências de todos, promessas de muitos.

São bandeiras de luta de quantos políticos neste País se honram de dizer de cabeça erguida que são políticos.

E tirando a emoção, a emoção da oratória bonita, sem dúvida aqueles valorosos políticos emedebistas que ocuparam as câmeras de televisão para dizer ao País a filosofia de seu Partido, tirando a emoção, vejamos os Srs. Deputados, se nós, políticos da Arena não temos defendido há anos tudo aquilo que o MDB apresenta como sua linha partidária, eu pelo menos tenho consciência de tê-lo feito.

Nós arenistas também queremos o retorno da plenitude democrática. Todos querem. O Presidente Geisel diz querê-la. A Revolução a tem como primeiro compromisso quando se su-

blevou contra o ex-Presidente João Goulart. Eleições diretas para qualquer cargo, desenvolvimento econômico, onde o povo partilhe das riquezas, não somente os grupos poderosos que estão enriquecendo cada vez mais nesta Nação e as companhias multinacionais.

Não apenas os banqueiros depois da malfadada reforma bancária do Sr. Simonsen, mas que todos participem da riqueza nacional, todos nós queremos a ausência da censura, o fim da inflação que corrói o salário do brasileiro. Liberdade individual, quem não a quer?

São todas propostas pelas quais lutam os homens de bem deste País. Do plano real até o filosófico existem, claro que existem, distâncias e obstáculos sem conta a vencer. A Revolução, meus caros colegas Deputados, tem, a meu ver, duas formas distintas: uma é o seu processo, o processo revolucionário, a forma pela qual essa revolução se afirma e se impõe como iniciativa de força que é; a outra forma, a que dá perenidade à revolução é a sua essência, a sua mensagem e os objetivos a que se propôs.

Imaginem os Srs. Deputados se, ao assumir o Poder, a Revolução abrisse válvulas à contestação de seus objetivos. Não aguentaria, evidentemente, o revanchismo, a contestação, o retornismo, e, em meio à conturbação, deixaria de cumprir os seus compromissos perante a Nação. Pelo menos os compromissos a que honestamente se dispôs.

Se houve distorção desses princípios, não me cabe aqui analisar.

Agora, quanto deve durar o processo revolucionário e qual o prazo para a realização de seus objetivos, isso já é outra história. Pois eu entendo que se não fossem os recuos verificados, - e abro aqui um parêntesis - até agora o saudoso Presidente Costa e Silva, acho que foi um recuo inesperado, foi um recuo verificado e inesperado - acho que já se teria institucionalizado tudo o que prometido foi.

As ramificações da haste principal estão retardando, todos nós sabemos muito bem, estão retardando tudo aquilo que anseia a Nação brasileira.

Hoje vive-se época de reivindicações em geral, de novos caminhos: os empresários, os intelectuais, os políticos de ambos os partidos, os trabalhadores que formam as chamadas forças vivas civis da Nação.

Todos entendem que acima dos partidos é urgente ampliar os horizontes da vida brasileira. Definir os rumos expressos em lei, sem os quais o caísmo constante vem desgastando, a meu ver, a própria imagem da Revolução.

Porisso eu acho que a fala do MDB pela televisão não inovou. As bandeiras erguidas ali não são exclusivas da Oposição, como muitos pensam.

Mas, a meu ver, também elas se constituem na somatória do pensamento nacional. Ora, apresentar tais bandeiras como estandarte de lutas é pretender - perdoem-me os Srs. Deputados do MDB, por quem eu tenho profundo respeito - é pretender mistificar a opinião pública, dando a impressão de que somente a Oposição é dona daqueles ideais.

Eu pergunto: quem não quer a liberdade; quem não quer o sucesso social e econômico do povo brasileiro; quem não quer o povo sadio e bem alimentado; quem não quer que se descubra no País uma fonte inesgotável de petróleo que possa equilibrar as finanças nacionais; quem não quer que o INPS distribua um serviço de assistência social compatível com a dignidade do povo brasileiro?

Enfim, quem não quer que o Brasil vença a Copa do Mundo e que o Corinthians seja campeão?

Acho que todos nós queremos isso.

Quem não quer que um cientista brasileiro descubra um remédio para a calvície; ou encontre a fonte da juventude, capaz de transformar todos os homens em atletas e todas as mulheres em beldades?

Quem não quer? Só o MDB quer? Se é que quer, porque os outros são contra? Pensem nisso.

O MDB expressou vontades nacionais pelas quais lutamos efetivamente, não apenas em fala anual pela televisão. Mas, todos nós, muitos brasileiros, de partidos ou não partidários, lutam por grandes ideais.

É verdade que todos nós estamos remando contra a maré. Mas também é verdade que todos nós estamos trabalhando muito para ver este País reencontrar o seu verdadeiro caminho. Para dizermos que basta a esta democracia de mentira que, aí está, que se procura impingir ao povo brasileiro.

Não haveremos de chegar lá, não temos dúvida.

Não porque o MDB diz que quer; mas, porque o povo brasileiro que é um povo de fé inquebrantável, que é um povo que já venceu as mais duras batalhas pela sua sobrevivência política e pela sua independência. Isso é da história do próprio País. O povo quer e não há força que detenha a vontade do povo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Reputo como manifestadamente egoísta a declaração levada a público pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná que se posicionou contrária à criação do Curso de Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá.

A argumentação proposta pela entidade representativa da classe de profissionais que trata das coisas da terra, torna-a merecedora do repúdio total do universo comunitário compreendido por Apucarana, Campo Mourão, Paranavaí e Umuarama, polarizado por Maringá, centro de influência sócio-econômica de cerca de cinco milhões de habitantes que desenvolvem o progresso de mais de cento e cinquenta municípios.

O Sr. Rubens de Moura Rezende, presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, inoportuna e mal-educadamente, desdenha e fere a capacidade intelectual do magistério paranaense quando afirma que "as escolas em demasia, não passam de meros cursinhos".

Ainda impensada e precipitadamente, diz pretender evitar a PROLIFERAÇÃO do curso de Agronomia no Estado. Tal investida é uma imperdoável afronta à soberania e à política desenvolvimentista em curso na mais promissora região paranaense — a Central. A criação do Curso de Agronomia pela Universidade de Maringá não atinge as raízes do que se entende por PROLIFERAÇÃO, termo, aliás, empregados erroneamente pelo engenheiro Moura Rezende.

Na verdade, o início das atividades letivas do curso para formação de agrônomos pela Universidade Estadual de Maringá, já previsto para o mês de agosto próximo significa o surgimento de apenas uma terceira escola, evento conceituado como imprescindível para o desenvolvimento vocacional de centenas de jovens sequiosos de condições para trabalhar e desenvolver lavouras pelas quais nutrem os mesmos sentimentos de seus pais.

Ousadamente ainda, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, mostra-se duvidosa quanto à potencialidade econômica e à capacitação de nossa região para abrigar uma escola de finalidades específicas para atendimento às necessidades de um Estado cuja economia é alicerçada na agricultura.

Para contestar também esse configurado desrespeito, lanço mão em dados oferecidos em Nota Oficial distribuída na imprensa no último domingo e que dão conta que: "para a criação do Curso de Agronomia da Universidade Estadual de Maringá, foram decisivos os recursos colocados à disposição por diversas cooperativas regionais e que serão destinados como bolsas de estudos para custeio do curso aos alunos, segundo

uma sistemática que deverá atingir, não só os que obtiverem vagas preferenciais, filhos de agricultores —, como também, em parte, os não preferenciais". Cabe-me portanto, endereçar minhas congratulações pela louvável decisão das cooperativas COCAMAR, de Maringá; COCARI, de Mandaguari; CANORPA, de Apucarana; COPAGRA, de Nova Londrina; COAGEL, de Goioerê; COAMO, de Campo Mourão; COOPERATIVA AGRÁRIA DE PARANAVAÍ, de Paranavaí; COAP, de Alto Piquiri e à Prefeitura de Maringá que ofertaram bolsas de estudos, atingindo a expressiva soma de 10 milhões, 169 mil e 868 cruzeiros para os 4 anos e meio do curso.

Por outro lado, corroborando minha contestação assinala a Nota Oficial da Universidade Estadual de Maringá, que: "Nem mesmo com estágio o acadêmico deverá se preocupar, pois para isso foram ofertadas as fazendas — modelo da COCAMAR e da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, sendo que existem também dezenas de ofertas de implementos que já estão sendo entregues pelas indústrias TATU, JACTO, IMASA, JUMIL, BALDAN, MATSUDA e outras".

"Delineado o absurdo que reveste o inconcebível papel assumido pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, resta indagar o porquê de sua oposição à criação da terceira escola de agronomia no Paraná.

Gestionar objetivando o impedimento do funcionamento de um estabelecimento de ensino é maquiavélico, é insensato, demonstra curta visão e exterioriza propósitos de limitação da educação e da formação profissional.

Deve ainda, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, atentar para um importante fator gerado pela privilegiada posição geográfica da cidade de Maringá que oferece-lhe capacitação para absorção de sobejas vocações da vizinha região do sul do Estado de Mato Grosso que, territorialmente corresponde a quase toda área paranaense.

Não obstante, cito como válidas, argumentações emanadas pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná que questionam sobre a inexistência de infra-estruturas para o ideal desempenho dos misteres das duas escolas já existentes no Paraná, a de Curitiba e a de Bandeirantes, situação esta que motivou em parte, sua oposição à criação de uma terceira, na cidade de Maringá.

Realmente, o desembolso em instalações, laboratórios, pessoal, direção e áreas para experimentação, é irracional quando tais recursos deveriam ser destinados à melhoria do ensino nas unidades já implantadas, salientando ainda que o Curso de Engenharia Agrônômica, pela sua natureza eclética que envolve profundos conhecimentos de zoologia, botânica, química, física, topografia, mecanização e outros, exige grandes investimentos em laboratórios, equipamentos de alta precisão, máquinas e implementos agrícolas, além de vastas áreas para pesquisa ou demonstração de técnicas e é notório que estes recursos ainda são deficientes nas escolas em funcionamento.

Entretanto, tal estado de coisas não poderia, sob hipótese alguma, motivar a entidade para se colocar na ofensiva pelo não reconhecimento do curso para agrônomos em Maringá.

Seria racional, para o que apelo às inteligências dos dirigentes da Associação dos Agrônomos paranaenses que, de imediato, revisem a atitude e os efeitos da causa em tela.

Tomo então a liberdade e desincumbo-me da missão de apresentar sugestões, contribuindo para a negação das mentirosas e por isso desacreditadas pregações que teimam em situar a Oposição como simples elemento de radical contestação.

CONCLAMO POIS, à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, para que se transfira para outra trincheira.

CONCLAMO POIS, à Associação dos Engenheiros do Paraná, para que se desarme nesta luta pelo não reconhecimento da já criada escola de Agronomia de Maringá e passe a formar fileiras ao lado de todas as entidades, organismos, empresas, pes-

soas e forças atuantes que estão irmanadas sob u'a mesma bandeira.

Nós, maringenses, queremos a Associação do nosso lado e não contra nós.

Finalizando, quero sugerir então à entidade dignamente presidida pelo engenheiro Rubens de Moura Rezende a deflagração de um movimento reivindicatório — a partir do levantamento criterioso de dados necessários — objetivando alcançar junto às esferas governamentais Estadual e Federal, os meios e recursos imprescindíveis para a dotação de condições ideais e condignas de funcionamento das escolas de Bandeirantes e Curitiba.

Tenha então a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, a convicção plena que também toda Maringá e região por ela polarizada se postará a seu lado, com respaldo de toda potencialidade comunitária. O apoio das forças representativas das duas agremiações políticas, os aplausos e o concurso da imprensa e de todas as inteligências far-se-á sentir de forma irreversível. Contará sobretudo, com o indeclinável apoio das duas bancadas partidárias desta Assembléia Legislativa que não se furtará, tenho certeza, de lhe emprestar solidariedade".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)—No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna, para falar sobre inflação. Mas antes, não poderia deixar de aplaudir a manifestação do ilustre Deputado Erondy Silvério, que foi à tribuna para negar ao MDB, e ele tem toda razão, a exclusividade da bandeira de redemocratização deste País.

Realmente, não cabe somente ao MDB, o privilégio de falar com exclusividade pelo povo brasileiro.

Realmente, associações de classe, estudantes, cientistas, jornalistas, têm se manifestado pela redemocratização do País.

Mas, nobre Deputado, há uma diferença muito grande entre pensar como Teotônio Vilela e agir como Teotônio Vilela. Dentro das hostes arenistas muitos homens têm falado em redemocratização, mas, para citar um exemplo, porque será que um homem da estatura moral de Daniel Krüger, abandona a carreira política, se dizendo decepcionado, e com a altivez de sua voz, não aproveita este abandono da carreira política e não prega, ele, que teria grande influência no sistema, a redemocratização?

Comportaram-se alguns elementos da Arena ao receberem as críticas do MDB, como um mau pagador, ao receber o cobrador. Irritaram-se, esquecendo que eles devem à Nação, e para isso, têm o mesmo direito à televisão, um esclarecimento.

Na realidade, todos nós queremos que o Brasil progrida. Nós queremos que os cientistas possam descobrir, possam estudar, quem não o quer, é o sistema, o mesmo sistema que tirou o apoio, para citar um exemplo, a sociedade brasileira para o progresso da ciência.

Pensar e agir, a diferença é grande. Ficamos num velho dilema: a ARENA quer, o MDB prega, o Presidente sonha, os homens do povo pedem e a redemocratização não vem.

De quem será a culpa? De Marcos Tito, do petróleo, dos árabes? A redemocratização hoje, é bandeira de todos, só que todos não a sabem empunhar, como o nobre Deputado Erondy Silvério, vem empunhando, e esperamos, ajudando o nosso Parlamento a crescer aos olhos da população paranaense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos para falar sobre um tema bastante atual que é a especulação do dinheiro (Lendo): "Neste País, a especulação do dinheiro é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento. A usura é um polvo que asfixia as iniciativas de trabalho e de capital.

As organizações financeiras gozam no Brasil de uma situação exemplar. Situação única de especulação e impunidade, porque a própria política econômica do governo, faz das instituições financeiras o agente de intervenção em todas as atividades nacionais. Agente de intervenção e não agente de repasses financeiros.

Os bancos brasileiros, durante um ano de grande crise como o de 1976, obtiveram lucros de 80 por cento confessados em balanço. As financeiras, companhias de créditos, seguros e bancos, sugaram e distribuíram à vontade a renda nacional, concentrando-a onde lhes parecia mais rentável, e colhendo-a de todo o País.

Substituíram e substituem as bolsas nesse papel de distribuição ingenuamente divulgado pelo governo. Mas, o próprio governo sabia e sabe bem, como e onde foram captados os recursos e sabe também onde e como foram aplicados. O governo não ignora o que está fazendo, ou não ignora o que fazem os Simonsens, os Reis Veloso e os Ângelos Calmon de Sá.

O Senador Paulo Brossard falou ontem no Senado Federal a respeito da concentração bancária no Brasil. Falou sobre a captação e os depósitos hoje manobrados especialmente pelas instituições financeiras de São Paulo, às custas do empobrecimento do resto do País. Destacou que os 52,85 por cento dos depósitos bancários brasileiros estão aglutinados em São Paulo; no Rio de Janeiro, 13,99 por cento e, em Minas Gerais, 11 por cento.

Tirando o Banco do Brasil, os bancos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais detêm 78 por cento dos depósitos bancários brasileiros.

A política econômica do governo é a responsável pela concentração financeira no triângulo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais, e o empobrecimento financeiro do resto do País. E vai reduzindo ainda mais a área do capital. Agora Minas Gerais está sendo sacrificada, pois enquanto os depósitos no Rio subiram de 13,20 por cento para 13,99 por cento, os de Minas Gerais desceram de 11,15 para 11 por cento.

O Paraná também paga o preço dessa concentração, saindo de um insignificante 5,9 para 5,81 por cento, em 1976.

Senhores Deputados, já podemos entender o porquê da substituição dos sistemas de crédito das empresas industriais e comerciais diretamente ao consumidor pela presença do agente financeiro e o que representou em aumento nos preços das mercadorias e prestações. E podemos ver como a inflação passou a deteriorar ainda mais mercadorias que triplicaram de custos nas vendas ao consumidor final.

A tal ponto chegou a política financeira do governo que ninguém leva vantagens neste País em comprar mercadorias à vista nas lojas. Enquanto o dinheiro custa 5 por cento ao mês ou 60 por cento ao ano, os descontos para mercadorias à vista não atingem mais de 20 por cento em relação a seis meses. Lucros de 100 por cento sobre os preços de fábrica.

Podemos também compreender porque existiu e existe a tolerância de obrigar a empresa descontante de duplicatas ou contraente de empréstimos a comprar ações e títulos das filiais às organizações bancárias, além da obrigação de deixar depositada parte dos empréstimos ou descontos para fazer saldo médio, e sobre essa retenção ainda aplicar juros e taxas. Juros e taxas sobre dinheiro retido.

A política econômica do governo tem o objetivo de tornar todas as iniciativas empresariais e de trabalho dependentes de capital financeiro especulativo. Tirando as grandes empresas monopolistas, todos os demais têm que pagar um preço intransferível para as organizações financeiras. As organizações financeiras que o Sr. João Paulo dos Reis Velloso se esforçou por salvar com o dinheiro dos contribuintes brasileiros. As organizações financeiras que são a alma e o coração dos Ministros Ângelo Calmon de Sá e Mário Henrique Simonsen.

Dá para entender porque a indústria e o comércio, a agri-

cultura e as profissões liberais têm que pagar alto preço pelo desenvolvimento e não conseguem estabilidade econômica. E como então é possível dar um crédito de confiança aos planos das cabeças dessa hidra, os Ministros da área econômica, de que vão salvar o País? Salvar de que? Deles mesmos?

Dá para entender por que, numa conjuntura desfavorável à maioria dos brasileiros e suas atividades econômicas, os agentes da intervenção especulativa e monopolística continuam ditando as cartas e as regras do jogo econômico e financeiro neste País? Enxugar os meios de pagamento? Diminuir o crédito? É isto que pretende o governo?

O Governo não tem a necessária credibilidade. É reponsável pelo empobrecimento geral dos brasileiros em favor do enriquecimento de alguns grupos. É responsável pela inflação, e não a pode transferir "aos brasileiros que foram acostumados a comprar mais do que podem". É responsável pela destruição das empresas nacionais e pela dependência crescente dos brasileiros aos interesses internacionais. É responsável pela formação de monopólios em todas as áreas, em detrimento dos interesses da maioria do povo brasileiro".

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a satisfação de anunciar, neste plenário, as presenças dos Srs. Lúcio Marques, Prefeito Municipal de São João do Caiuá e do Bacharel Benedito Pereira Soares.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, último orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados "Há alguns dias atrás, falamos nesta Casa, sobre a prestação de contas do Município de Medianeira, referente aos anos de 1972, 73, 74 e 75, rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Esse parecer técnico e moral demonstra que os registros da receita e despesa não estão conforme as Leis, normas e regulamentos que regem a administração municipal.

Com esse parecer tem a Câmara Municipal a oportunidade de louvar-se e decidir, em face das irregularidades, como proceder à retificação. É a oportunidade especial de afirmação da correção e independência do legislativo municipal, frente a um parecer julgado segundo um padrão legal e técnico.

A aprovação de contas irregulares não se regulariza. Ao contrário, estende a responsabilidade pelos erros e abusos aos edis. A qualquer momento essas contas irregulares podem ser causa de ação legal.

A Câmara Municipal de Medianeira parece estar aturdida e está dando sua chancela às contas do Prefeito Luiz Bonato. Os esforços de alguns vereadores para alertar a Casa Legislativa ainda não produziram os efeitos desejados.

Agora surge outro fato de grande repercussão. O Vereador Orlando Kulkamp apresentou e obteve aprovação da maioria a um projeto de lei obrigando o município a pagar as contas hospitalares do Prefeito Luiz Bonato, retroagindo a 1975.

Permito-me ler a estranha peça legislativa:

"A Câmara Municipal de Medianeira, do Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Correrão às expensas do Município, mediante a abertura de créditos adicionais e especiais necessários, todas as despesas de tratamento médico e hospitalar do Prefeito, sempre que este, no exercício de seu cargo, venha a ser acometido de doença que o inabilite, temporária ou definitivamente, para o desempenho de suas atribuições.

§ 1.º As despesas de que trata este artigo só poderão ser pagas ou ressarcidas mediante comprovação dos documentos de despesas realizadas.

§ 2.º Os efeitos da presente lei retroagirão ao início do exercício de 1975.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Medianeira, em 14 de junho de 1977. Orlando Kulkamp, Vereador Municipal. JUSTIFICATIVA: — Verificando as leis em vigor no município, não encontramos uma que regulamente tal situação".

"Tem toda a razão o vereador: Não há lei que regulamente tal situação. Como não há lei que impeça um vereador de inovar no bom e mau sentido a legislação municipal, tipificando casos de abuso, favorecimento ou ignorância.

O projeto foi aprovado ontem em histórica sessão para a Câmara Municipal de Medianeira.

Além da exótica lei, temos que considerar: ou o Prefeito está doente e não existem recursos médicos ou hospitalares para que ele se recupere e então deve deixar o cargo, ou o Prefeito pretende estabelecer, às custas dos cofres municipais, uma caixa particular de assistência médica. Em ambos os casos, recomendamos que o Prefeito se inscreva e sugira aos vereadores que também se inscrevam no INPS ou FUNRURAL, façam um seguro médico-hospitalar com seu próprio dinheiro.

O que parece compatível é a atividade de um Prefeito doente e o gasto municipal com assistência médico-hospitalar privada".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência transcreve o Deputado Ivo Thomazoni para falar em Explicações Pessoais.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Regimento Interno estabelece o prazo de 20 dias para que, em caso de proposta de Emenda à Constituição, a Comissão Especial ofereça o seu pronunciamento.

Nós temos conhecimento de que a emenda do nobre Deputado Antônio Facci, que passou pela primeira fase legislativa, qual seja aguardar apresentação de emendas em Plenário, deveria ter sido tratada por esta Comissão a partir do dia 7 ou 8 de junho.

Tal não ocorreu, Sr. Presidente. E como nós tivemos oportunidade de apresentar uma emenda a qual nos propusemos justificar perante a Comissão a fim de que se houvesse decurso de prazo para pronunciamento da Comissão não fique prejudicada de arrazoada esta emenda, nós vamos apresentar as razões de nossa emenda requerendo a V. Exa., que determine, ao final, o encaminhamento destas razões para ser junto ao processo de conformidade com o protesto que fizemos na apresentação de emenda que a mesma seria apresentada por escrito à Comissão Especial.

(Lendo): "O problema da Carta Estadual no tocante à introdução, em seu texto, de matéria que lhe é impertinente, para estabelecer a idade mínima de 21 anos como limite para cidadãos, em gozo de seus direitos políticos, se candidatarem aos postos eletivos municipais - Vereador e Prefeito - está na inconstitucionalidade de tais preceitos.

Ainda há pouco, o egrégio Tribunal Regional Eleitoral, pronunciando-se sobre um caso concreto originário de Jandaia do Sul (Recurso n.º 650), entre outras doughts considerações, assentou as seguintes:

"Em decisão já proferida por este egrégio Tribunal Regional, no Recurso n.º 528/72, de Bocaiuva do Sul, optou-se pela elegibilidade do candidato Carlos Alberto Ribeiro, à Prefeitura Municipal daquele Município, embora ele fosse menor de 21 anos.

A menoridade atacada se arrima em disposição na Constituição Estadual (Artigo 106, § 3.º, III), que estabeleceu como condição de elegibilidade aos órgãos municipais o fato de ser maior de vinte e um anos.

Muitos reclamam da inconstitucionalidade disposta na Carta Estadual, eis que, as condições de elegibilidade aos cargos eletivos, por compreenderem direito eleitoral, estão reservadas ao poder legislativo da União Federal, conforme estatui o art. 8.º, XVII, letra "b" da Constituição Federal.

O egrégio Supremo Tribunal Federal por várias vezes tem julgado que "ofende a forma republicana representativa a disposição que estabelece condições de inelegibilidade não previstas na Constituição Federal". (Revista Trimestral de Jurisprudência, vol. 33, pg. 231).

PONTES DE MIRANDA ministra que --

"O direito eleitoral -- qualquer que seja, é feito pela União. Foi um dos passos mais acertados no direito brasileiro, após as experiências pluralísticas de 1891, em diante. Tal lei, por emanar do Poder Legislativo central, tem de ser igual para todo o território; mas nada obsta a que haja diferenças entre a lei eleitoral para os cargos federais, a lei eleitoral para os cargos dos Estados-membros e a lei eleitoral para os cargos municipais. O que não é possível é a lei para o Estado-membro A, e não para o Estado-membro B, para o Distrito Federal, ou para os Territórios, e não para os Estados-membros, ou vice-versa, ou para o Município A, e não para o Município B". (Comentários à Constituição de 1967, tomo II, págs. 73/74, ed. 1970).

Em resumo, não podem as Constituições estaduais estabelecer inelegibilidade ou condições de inelegibilidade, ou, ainda, exigências maiores que as previstas na Carta Federal, ou que desta não constem.

Estabelecer como condição de elegibilidade exigência igual à que figura no texto federal, não há censura, mas, exigir qualquer condição não exposta pela Lei Maior, é passível de inconstitucionalidade".

O atual texto da Carta Estadual, que inclui nas condições de elegibilidade aos órgãos municipais a exigência expressa de ser o candidato maior de 21 anos (inciso III do parágrafo 3.º, do art. 106), está, portanto, eivado de inconstitucionalidade.

A autonomia municipal, segundo dispõe a Constituição Federal em seu artigo 15, será assegurada, inclusive --

-- "... pela eleição direta de prefeito ou vice-prefeito e vereadores realizada simultaneamente em todo o País, na mesma data das eleições gerais para deputados".

As demais disposições sobre a autonomia municipal em nada induzem quanto à idade mínima dos candidatos a postos eletivos comunais.

Expressamente, a Carta Magna fixa em 21 anos a idade mínima para o exercício do cargo de Deputado Federal (art. 39); o de Senador, em 35 anos (art. 41); o de Ministro de Estado, em 25 anos (art. 84); o de Procurador Geral da República, em 35 anos (art. 95); o de Ministro do Supremo Tribunal Federal, em 35 anos (art. 118, § único); e o de Presidente da República, em 35 anos (art. 74).

Assim, aos demais cargos o acesso pela via eletiva obedece a regra geral estabelecida no artigo primeiro da Lei Complementar n.º 05, assim redigida:

Art. 1.º -- São inelegíveis:

I -- para qualquer cargo eletivo:

a) os inalistáveis".

Há que se observar, outrossim, que a lei tem procurado facilitar o acesso à vida pública do maior de 18 anos, como, por exemplo, ao reduzir para 45 dias o prazo mínimo de filiação partidária, para que o cidadão participe das convenções municipais (Lei 5697, de 27/08/81), alterada pelo artigo 3.º da Lei 6169, de 19/12/74; ou quando a Lei 5782 de 06/06/72, faz a separação, determinando o prazo mínimo de 12 meses de filiação para os candidatos a Governador, Vice-Governador, Senador e respectivo suplente, Deputado Federal e Deputado Estadual, e de 06 meses para os cargos eletivos municipais, contados pela metade para os maiores de 18 anos e menores de 21 anos.

Destarte, quanto à idade, é de se convir que somente são

inelegíveis para os cargos de prefeito municipal e vereador aqueles que não podem ser eleitores.

PINTO FERREIRA apoia-se numa citação de José Afonso Silva, para defender a questão no tocante à eleição de vereador, afirmando, às páginas 160-161 de sua obra "Manual Prático de Direito Eleitoral", que

"A condição de idade também não pode ser fixada, ao arbítrio dos Estados. Discutiu-se muito esse assunto no regime da Constituição de 1946. Entendeu-se que os Estados podem exigir do candidato a vereador que tenha completado vinte e um anos (21) segundo o modelo federal. Essa questão interfere com o gozo dos direitos políticos, mesmo que seja considerada organização dos poderes, que é matéria de competência do Estado, no que tange a seus órgãos governamentais e dos municípios. Por essa razão, julgamos inconstitucionais os dispositivos das Constituições estaduais ou das Leis Orgânicas dos Municípios que fixem idade para que alguém possa ser vereador. Desde que a pessoa esteja no gozo de seus direitos políticos, pode candidatar-se, pois esta é a única condição imposta pela Constituição do Brasil".

"Alguns autores pretendem que a condição de elegibilidade não é matéria eleitoral, mas é matéria de organização de poderes. Em função desta tese, conclui-se que as constituições estaduais e as Leis Orgânicas dos Municípios podem exigir que os candidatos a vereador e prefeito preencham determinadas condições de idade e nacionalidade, da maneira como as estatuírem os diplomas estaduais.

O assunto é brilhantemente discutido por JOSÉ AFONSO DA SILVA, no "Manual do Vereador" e a temática relativa ao assunto é tratada com mestria por ARNALDO MALHEIROS no "Manual das Eleições Municipais" (São Paulo, 1963, 2.ª ed).

É de reconhecer, sobre o problema, que as regras da Constituição do Brasil e as leis complementares sobre inelegibilidade limitam as competências dos Estados-membros nas atribuições em análise.

O Código Eleitoral de 1965 (art. 94, § 1.º), criou praticamente outras condições de elegibilidade para os Vereadores e Prefeitos:

"I -- que o candidato seja filiado a um partido político; II -- goze de idoneidade moral através da comprovação de folha corrida. A Lei Complementar número 05/70, exigiu ainda para ser candidato outra condição, qual seja, o "domicílio eleitoral", no município, pelo menos 1 (um) ano imediatamente anterior à eleição".

"Alusão ao cargo de prefeito parece-nos clara, exteriorizando o lúcido pensamento do autor.

Ademais é conclusivo que, sendo o vereador, na Presidência da Câmara, o eventual substituto do Prefeito, na ausência do Vice-Prefeito, não pode haver dois pesos e duas medidas no tocante às exigências legais para o acesso a tais cargos.

É o caso da idade mínima para Governador do Estado.

Se a Constituição Federal estabeleceu o limite de 21 anos para o exercício do cargo de Deputado Federal, e em 25 anos o de Ministro de Estado, fixando porém em 35 o de Senador, é que a este pode competir substituir, eventualmente, ao Presidente da República, enquanto que aos demais, não.

Por conseguinte, seria apenas uma questão de bom-senso a exigência da maioria consagrada no Código Civil, para o Governador. E essa maioria é muito relativa, pois, via de regra, ela pode ser concedida pelo pai através da emancipação, ao filho que completa 18 anos.

A maioria dos 18 anos, portanto, está praticamente reconhecida no Direito Brasileiro. Tanto é verdade que, no Projeto número 3263, de 1965, que institui o Código Civil, remetido ao Congresso pelo Presidente Castelo Branco, e que é o resultado da criação do Serviço de Reforma dos Códigos do Ministério da Justiça, criado em 1961, no seu art. 5.º, "fixa em 18 anos a "venia aetatis" da maioria, fazendo cessar aos quatorze

a incapacidade absoluta (art. 6.o), e aos dezesseis a relativa (art. 7.o). Os novos limites justificam-se — acentuou a Mensagem Presidencial — em face de tendência vitoriosa em outros campos da atividade jurídica (Direito Público, Direito Penal, Direito do Trabalho), que torna inconveniente, sob vários aspectos, a conservação das regras do Código Civil”.

“Já Teixeira de Freitas, no “Esboço” do Código Civil, considerava “MENORES IMPÚBERES os que ainda não tiverem a idade de 14 anos completos, e adultos os que tiverem mais desta idade até completarem a de 21 anos” (art. 63, do “Esboço”).

Afinal, vale ressaltar a feliz iniciativa do nobre Deputado Antônio Facci, ao visar, com a reiteração de sua emenda, agora sob o número 391/77, colocar os maiores de 18 anos longe das incongruências apontadas em nossa Carta Estadual, no que se refere ao cargo de Vereador.

Mas, pelas razões que fora submetemos ao debate, entendemos que não só o cargo de Vereador, mas também o de Prefeito Municipal estão sujeitos às mesmas conclusões, às mesmas diretrizes, e o direito que os norteia é um só: não poderão existir dois pesos e duas medidas: uma para o cargo de Prefeito e outra para o de Vereador.

Ambos estão sujeitos a uma só lei, ao mesmo direito, dentro da tradição legislativa brasileira, bastando, portanto, que se tenha completado a idade de dezoito anos para o exercício de qualquer um desses cargos.

É o que pretendemos, com a apresentação de nossa emenda à proposta de Emenda à Constituição Estadual de autoria do ilustre Deputado Antônio Facci”.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Para que esta Casa tome conhecimento e o Paraná saiba, tenho certeza de que contaremos com o apoio da imprensa para desfazer a imagem negativa de Jandaia do Sul, causada pelas publicações da “Folha de Londrina” e “Diário do Norte do Paraná”, sob os títulos “Jagunços amedrontam Jandaia”, “Em Jandaia do Sul jagunços causam clima de insegurança entre o povo”.

Parece um caso de polícia, mas não é, Srs. Deputados. É um caso de política, política no mau sentido, política de perseguição, política que não constrói, política de vingança, a antepolítica.

Vejam: No “Diário do Norte do Paraná” — “Há cinco meses, Jandaia do Sul anda inquieta com a presença de 13 presumíveis jagunços, cujo comportamento arruaceiro vem amedrontando a população; a ponto de o Delegado Roberto Seijo Bastos estar organizando uma série de investigações sobre os motivos que os levaram a Jandaia do Sul, onde não trabalham, vivem perambulando pelas ruas, armados, residindo numa de suas principais artérias, a Avenida Getúlio Vargas.

A ameaça é uma prova da tensão que os personagens têm causado à população, vê-se no caso ocorrido há duas semanas”.

“Folha de Londrina”, de vinte e dois do corrente mês: “A população de Jandaia do Sul vive um clima de tensão provocado pela presença de 13 jagunços, que, além de intranquilizar a cidade, promovem algazarras e cenas de violências nos bares da área central. Ao que se informa, são contratados pelo ex-Prefeito João Pagliarini, para dar-lhe cobertura”, conforme assinala o atual Prefeito Hermínio Vinholi, porque teme sofrer emboscada por parte de pistoleiros ligados aos familiares de um advogado morto em Mato Grosso na disputa de terras “pertencentes” ao ex-Prefeito. Esse ponto de vista, é defendido por

Hermínio Vinholi. Paralelamente, o Delegado Roberto Feijó Bastos, pensa em solicitar reforço à Secretaria de Segurança Pública, se persistir o atual clima de apreensão na cidade”.

Aparece na “Folha de Londrina”, estampada a fotografia do Prefeito de Jandaia do Sul, ao lado do Delegado e no outro lado, o arsenal de armas à disposição, com a seguinte nota:

“Apesar da polícia ter apreendido muitas armas, os jagunços continuam armados, fazendo provocações.

Ao lado, a seguinte nota:

“A população de Jandaia do Sul vive um clima de tensão provocado pela presença de 13 jagunços que além de intranquilizar a cidade, promovem algazarras e cenas de violência nos bares da área central. Ao que se informa, são contratados pelo ex-Prefeito João Pagliarini, para dar-lhes cobertura, conforme assinala o atual Prefeito Hermínio Vinholi, porque teme sofrer emboscada por parte de pistoleiros ligados aos familiares de um advogado morto em Mato Grosso na disputa de terras “pertencentes” ao ex-Prefeito. Este ponto de vista é defendido por Hermínio Vinholi. Paralelamente, o delegado Roberto Feijó Bastos pensa em solicitar reforço à Secretaria de Segurança Pública, se persistir o atual clima de apreensão na cidade”.

Pergunta-se o que está fazendo o Delegado que deu divulgação dia 16 e 22 do corrente, da presença de jagunços. Se eles estão há cinco meses na cidade, e a autoridade nada fez, não prende nenhum, deveria ter publicado os autos de apreensões das armas que expôs e não as armas. Tem um provimento determinando que as armas devem vir para a DOPS. O Delegado pode demonstrar o seu trabalho, divulgando os autos de apreensão, já que ele quer ser manchete, e parece possuir muita aptidão para vedete, pois gosta de aparecer nos jornais e ser divulgado pelas rádios como artista e não policial.

Desarmar os jagunços se existem, é coisa fácil já que o Delegado com o cabo Sato efetuam batidas com arma em punho, entrando em estabelecimentos comerciais, cometendo os maiores absurdos no abuso de autoridade que estão investidos, mas sobre isto não quero estender comentários pois já levei ao conhecimento do Sr. Secretário de Segurança e tenho certeza que já tomou providências para coibir os abusos praticados a conhecer de perto a situação, pois o ex-Prefeito na realidade precisa de proteção mas, não contra jagunços, precisa, isto sim, é contra o Prefeito atual e o Delegado que podem mandar prendê-lo a qualquer momento com o fim de desmoralizá-lo, conforme já declarou no “Diário do Norte do Paraná” do dia 21 do corrente em detenção para investigação, e sabendo que não existem os falados jagunços, a pessoa visada é o ex-Prefeito.

Falo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como Deputado mais votado de Jandaia do Sul, como militante político de Jandaia desde 1954, quando pela primeira vez me filiei a um partido político naquela cidade.

Falo como conhecedor da população de Jandaia que está indignada com estas acusações do Delegado e do Prefeito que só deturpam a boa imagem que Jandaia do Sul sempre teve como cidade pacata.

O Delegado nas suas declarações criticou a precariedade da Delegacia de Polícia de Jandaia, dizendo que está com 12 anos e três meses, e que nunca passou por uma reforma a não ser pequena pintura.

Esta cadeia foi construída na primeira administração de João Pagliarini, passou a primeira administração do atual Prefeito sem nada fazer, é verdade, mas na segunda administração de João Pagliarini, foram feitos reparos e dado início à nova Delegacia e Cadeia Pública, uma vez que, com o desenvolvimento da cidade, e sendo sede de comarca de 5 municípios, necessita de um prédio maior. Basta para isto que o Prefeito atual continue a construção de acordo com o convênio firmado com o Governo do Estado, o que deve tomar conhecimento, o Delegado Roberto Bastos, para não dizer que não existe prazo para início das obras da nova Delegacia. É só continuar a concluir a

obra, estando aí uma oportunidade para o delegado ser manchete recebendo a nova delegacia. Estas manchetes de novas obras para Jandaia nos agradam; o trabalho sério que o delegado fizer mantendo a paz e harmonia que encontrou em Jandaia nos satisfaz, o povo de Jandaia não pode pagar por uma rixa pessoal entre o Prefeito e o ex-Prefeito.

Não posso aceitar que uma administração procure justificar suas falhas, culpando os outros.

O ex-Prefeito muito realizou por Jandaia do Sul, mas ainda tem o que fazer. O atual Prefeito, no lugar da vingança, veja quantas casas populares foram feitas na administração passada, e faça o dobro. Jandaia precisa de mais casas.

Que faça pelo menos 10 por cento do asfalto que o ex-Prefeito fez e a cidade ficará totalmente pavimentada.

O Prefeito atual criticou o ex-Prefeito por atraso no pagamento de funcionários. Pois agora, durante seu mandato, pague os funcionários. Pagou só o primeiro mês, o que veio demonstrar que a situação da Prefeitura não era tão ruim como noticiou e já no segundo mês atrasou o pagamento, vivendo os funcionários na base de vales.

O Estádio de Jandaia tem o nome do atual Prefeito. Construído por Salvador Valera e João Pagliarini, precisa ser melhorado. Ajude, ele, o esporte de Jandaia do Sul.

A rodoviária, as escolas, o asfalto de São José, todas as obras públicas de Jandaia do Sul, com exceção da Prefeitura, tiveram a nossa participação, do Governo e do ex-Prefeito. Talvez isto esteja fazendo sombra, com medo da volta do ex-Prefeito. Mas não se preocupe o Prefeito Hermínio Vinholi, João Pagliarini não vai ser mais candidato, mas esteja certo, não entregaremos os pontos. Não sou inimigo do Prefeito de Jandaia, a quem tenho tratado com cordialidade, sempre me colocando à sua disposição no que possa ser útil, no encaminhamento de suas reivindicações, do melhor entendimento entre as correntes políticas de Jandaia do Sul e ainda continuo com a mesma disposição, só que não vou permitir que prejudique nossos companheiros, como estão fazendo com aquele que deu a maior parte de sua vida em favor de Jandaia e hoje está sendo perseguido porque não tem mandato.

Nas próximas eleições estaremos com o nosso candidato. Continuo atendendo o povo de Jandaia. O Prefeito tem o seu Deputado, mas o povo continuará tendo o Deputado que elegeu, o Deputado que quer o bem de Jandaia do Sul e não será um impecilho na administração do atual Prefeito, só não permitindo que briga pessoal venha prejudicar o povo daquele Município.

Sr. Presidente, na ausência de nosso eminente colega, Deputado Francisco Escorsin, recebi uma correspondência da Câmara Municipal de Ubiratã, para que fizesse a defesa de seu Prefeito.

Pela amizade que tenho a meu colega do MDB, Deputado Edilson Alencar, resolvi, baseado em algumas declarações que recebi, informar a esta Casa o que se passava em Ubiratã.

Ontem, de volta à tribuna, o Deputado Edilson Alencar trazia aqui uma relação de parentes do Prefeito, pessoas que até já conhecíamos nas administrações passadas de dois ex-Prefeitos.

Alega o Deputado do neopotismo de Ubiratã, dando nome de 11 funcionários, parentes do Prefeito. Conhecemos bem a situação de Ubiratã. Sabemos, e já informamos a esta Casa, da dispensa que houve, de vários trabalhadores braçais. E se cargos foram preenchidos devem ter sido de acordo com a regulamentação, com concurso para aproveitamento de funcionários que lá estão.

Temos conhecimento de que o filho do Prefeito está no Trânsito e os demais, dizem-se parentes, casado com uma sobrinha do Prefeito.

Mais uma vez, em respeito ainda ao Deputado Edilson Alencar, vou deixar de ler o manifesto da Câmara Municipal

de Ubiratã, composta de 9 Vereadores, com maioria absoluta da Arena, elementos que compuseram a chapa que elegeu o atual Prefeito Tomaz Isidro de Lima.

Tenho certeza que a Câmara Municipal tendo conhecimento das declarações feitas, haverá de saber se conduzir neste episódio e como proceder; o que nós, aqui nesta Casa, já o fizemos — como já afirmei — representando nosso companheiro Deputado Francisco Escorsin, uma vez que recebi a segunda votação de Ubiratã, e pela amizade que tenho com todas as correntes políticas de Ubiratã, não poderia deixar de atender um apelo feito pela sua Câmara Municipal.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, no tempo destinado à Liderança da ARENA, ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A propósito da nota distribuída pelo ex-Deputado João Kalil Fadel, em que fundamenta sua renúncia como decorrente de sua discordância com os critérios que norteiam o relacionamento político entre o Governo do Estado e a bancada da ARENA na Assembleia Legislativa, critérios que, segundo seu entender, "conduzem ao isolamento, desvalorização e subserviência da representação popular", cumpre-me esclarecer e enfatizar o seguinte:

1. Preliminarmente, que eu próprio, desta tribuna, fiz o elogio do ex-Deputado, afirmando que toda a bancada lamentava sua renúncia, cujos motivos de ordem subjetiva não nos competia questionar.

Lamentável que o ex-Deputado não tivesse para conosco o mesmo comportamento, INSINUANDO QUE todos aqui estão isolados, desvalorizados e subservientes.

2. Ora, se o ex-Deputado assim se sentia, restava-lhe valer-se de seu mandato para alterar esse quadro, e não sair pela porta fácil da renúncia, pura e simples.

3. Mais uma vez, manifesto a inteira e total solidariedade da quase unanimidade da bancada arenista ao Sr. Governador do Estado, cujos critérios político-administrativos só engrandecem a nossa atividade parlamentar.

4. Subserviência é servilismo, é aviltamento, características que nunca foram nossas.

A bancada da ARENA apoia o Sr. Governador por ser o mesmo merecedor deste apoio: realiza uma grande obra administrativa — com certeza a melhor da Nação — e participa intensamente da nossa vida política partidária.

Não é por subserviência que o apoiamos; é por convicção e afinidade partidária.

Subserviência é característica de quem abandona a luta.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência consulta o eminente Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB, se deseja ocupar o horário que é reservado ao Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. TRAJANO BASTOS — Vai ocupar a tribuna no horário destinado ao MDB o Deputado Renato Bernardi.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por delegação da liderança do MDB, ocupo esta tribuna para encaminhar um pedido de formalização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar a desparanização de nossa economia com a conseqüente descapitalização da empresa paranaense, que fundamento com o seguinte arrazoado. (Lê): "Senhor Presidente.

Tendo em vista o que estabelece a Constituição Estadual, em seu artigo 16, parágrafo único, incisos VI e VII, combinado

com o artigo 19 e também, o Regimento Interno da Casa Legislativa do Paraná que estatui, em seu Capítulo V, Seção I, em seu artigo 34, o Deputado que subscreve o presente, contando com o necessário apoio, REQUER seja constituída uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, cuja finalidade específica deve ser a análise aprofundada, após a audiência das partes interessadas, tratando do ESVAZIAMENTO DA ECONOMIA PARANAENSE e, conseqüentemente, da DESCAPITALIZAÇÃO DA EMPRESA DO PARANÁ.

Parece ser extremamente abrangente a abordagem que se pretende. Exatamente por este motivo a tarefa deve caber ao Parlamento Paranaense, casa que congrega a expressão maior do pensamento paranaense. O tema, por si apenas, justifica a solicitação que merecerá a atenção de nossos representantes.

É sabido que o Estado do Paraná apresentou, em sua evolução histórica, uma série de fases distintas: tanto como área territorial, jurisdicionada à Província de São Paulo, como quando unidade nacional já emancipada.

No final do século passado, tem início a grande epopéia paranaense, ainda não suficientemente pesquisada e analisada pela área específica: a ocupação e incorporação do espaço paranaense, além dos limites tradicionais. Iniciava-se o ciclo do CAFÉ e, com ele, dezenas de cidades foram se formando e definindo-se micro-regiões, polarizadas em torno de núcleos urbanos que, gradativamente, iam se instrumentalizando com equipamentos urbanos e de serviços correspondentes.

O café foi e é, até hoje, a produção que propicia a maior distribuição de renda, por exigir mão-de-obra abundante e precisa, ativando um mercado interno de poder aquisitivo, acima da média nacional e, mesmo, regional.

Enquanto São Paulo, capitalizados os recursos provenientes da agro-empresa cafeeira, implanta uma infra-estrutura sólida, a partir de uma rede viária que drenaria todos os seus recursos para o grande polo (São Paulo) que de pouco mais de 50 mil habitantes em 1870, salta para os 4 milhões de habitantes em 1950, o Paraná oferece um quadro específico diverso.

O Paraná, entretanto, ligado material e culturalmente, a São Paulo, permanece como uma área periféria do polo paulopolitano, para lá drenando grande parte dos recursos aqui obtidos, mercê de uma produção abundante.

O Paraná foi definido como uma unidade eminentemente agrícola e tem, no setor primário, o seu grande destaque.

Ocorre que o setor primário oferece três tipos de bens que podem assim ser batizados:

- a) bens renováveis
- b) bens substituíveis
- c) bens descartáveis.

Resta indagar: qual será o modelo que deveria ser adotado, em cada consideração específica para

- a) manter a produção dos renováveis
- b) adoção de uma substituição adequada a uma realidade não só econômica, mas principalmente social e política; e
- c) preservação dos nossos recursos naturais, compatibilizando-se sua exploração com nossas reais necessidades.

Não como roteiro, apenas como ordenamento "ad argumentandum", fica o levantamento de alguns pontos, em cima do que, será possível ser estabelecido um esquema de trabalho dos Senhores Deputados que irão compor a Comissão que se pleiteia.

Alguns tópicos devem ser levantados, preliminarmente embora a amplitude e a abrangência do assunto, poderão encontrar um leque variado de alternativas, propondo hipóteses de trabalho igualmente variadas, cabendo à Comissão estabelecer parâmetros dentro dos quais será balizado o modelo escolhido como opção.

Aceita a preliminar, torna-se imperiosa a colocação de algumas hipóteses de trabalho que, não sendo definitivas por ser hipóteses de trabalho, poderiam, entretanto, embasar a fun-

damentação inicial do que se solicita.

HIPÓTESE PRIMEIRA

Como primeira hipótese de trabalho, propõe-se à consideração uma questão fundamental para a economia paranaense, eis que diz respeito a três tópicos onde parece claro estar o Paraná sendo prejudicado em um direito básico: ser o agente e, simultaneamente, usufruir os benefícios de um processo de produção.

1. — Setor hidrenergético.

Pretende-se que ao Paraná seja dado o mesmo tratamento dispensado em outros casos quando a um novo irmão reconhece-se o seu direito de coparticipação em bens comuns. Exemplifica-se: Itaipu reconhece o direito de o Paraguai participar em 50 por cento dos frutos obtidos com a construção da maior hidrelétrica do mundo. O Estado de São Paulo, pela CESP (Centrais Elétricas de São Paulo Sociedade Anônima), por delegação da Eletrosul e Eletrobrás, construiu usinas ao longo da fronteira com nosso Estado: Capiwara e Xavantes.

Questiona-se:

- a. O Paraná terá direito a 50 por cento da energia elétrica gerada pelas usinas comuns.
- b. O Paraná terá direito a uma indenização pela cobertura de suas terras pelas águas das bacias de acumulação, pois, com isso, o Estado deixa de receber ICM e outras contribuições, cessada a produção normal então existente.
- c. O Paraná terá direito à restituição do montante já pago por cobrança indevida de tarifas da parte que, de direito, lhe cabe.

2. Setor tritícola.

Questiona-se o fato de o Paraná estar, por força de uma política nacional do trigo, subsidiando o produto, a nível mais amplo. O poder público paga um quantum ao lavrador paranaense pelo saco de trigo (cerca de Cr\$ 190,00), entregando-o ato contínuo, ao parque moageiro pelo equivalente a um quarto do preço inicial.

Vem a indagação, colocados vários tópicos:

- a. O ICM deve equivaler à produção e, como tal, o Paraná deverá ser beneficiado pelo valor maior.
- b. O Paraná deve ser compensado pela diferença do que, historicamente, deixou de receber.
- c. Ao Estado, como área de produção, deve caber o direito preferencial de transformar o que se produziu.

3. Setor cafeeiro.

O café, se de um lado é uma lavoura de grande fixação do homem à terra, é também uma cultura altamente predatória e extenuante, justificando a necessidade da poupança de recursos, com reaplicação ordenada para se implantar um sucedâneo econômico, definindo-se novos agentes de produção e evitando-se a evasão da mão-de-obra paranaense disponível.

Urge responder às seguintes colocações:

- a. A União, ao estabelecer o chamado confisco cambial de quase Cr\$ 2.000,00 por saco de 60 quilos de café, deve uma compensação ao Estado e aos municípios-base.
- b. O Paraná deve ser o exportador exclusivo de seu produto, aparelhando-se os canais de exportação.
- c. Os bens de capital, importados a partir das reservas cambiais obtidas com nosso café deverão, em parte pré-fixada, ser implantados no Estado produtor.

HIPÓTESE SEGUNDA

Levanta-se uma segunda hipótese de trabalho que, espera-se, deva ser uma seqüência da hipótese primeira. Cada povo, agente de um processo de produção, deve ter reconhecido o seu direito de dela participar até sua instância final.

Admitindo-se o Paraná como região eminentemente dedi-

cada ao setor primário, indaga-se se devemos aceitar como semanticamente paritários os termos: tendência, vocação, destinação, destino e determinação.

A evolução social, econômica e política de uma determinada parcela do espaço faz com que se distingam, precisamente, os termos vocação, tendência e destinação.

1. Setor de matéria-prima.

Até que ponto o Estado do Paraná tem lutado, objetivando a ativação de seu setor secundário, aqui transformando sua produção primária, abrindo perspectivas novas a seu povo, mas, fundamentalmente, reconhecendo o direito de participação integral ao povo que, em seu território, é o agente da produção.

Aparecem, então, alguns pontos a considerar:

- a. definição de uma infra-estrutura de produção e amparo ao pequeno e médio produtores.
- b. o papel das cooperativas de produtores como ponto de ligação entre a produção e a rede de comercialização.
- c. a ação das subsidiárias multinacionais na absorção de nossa produção e sua ingerência no oscilar dos preços.
- d. a capacidade de armazenagem, estocagem e rede de escoamento.
- e. a capacidade e as possibilidades da transformação da matéria prima em nosso território.

2. Setor de mão-de-obra.

A partir da aceitação da necessidade e do direito, reconhecido ao povo paranaense, de transformar e participar integralmente do processo de produção e transformação de sua matéria prima, caberá à Comissão a tarefa de analisar a problemática da mão-de-obra disponível e necessária ao equacionamento pretendido.

Talvez constitua o setor de maior gravidade social e política, com conseqüências econômicas, assumindo proporções de um gigantismo que deve ser encarado, estudado, definido e assumido.

Levantam-se alguns pontos à consideração da Comissão, cujo desdoluamento deverá ser muito mais abrangente do que o enunciado:

- a. A situação dos trabalhadores excedentes da e na área onde já se procedeu a erradicação dos cafezais.
- b. A problemática da incorporação do chamado "bóia-fria", tanto no mercado de trabalho rural como no ambiente urbano.
- c. A necessidade da Universidade Federal do Oeste, em Cascavel, como embasamento foi preparo da mão-de-obra necessária, conseqüente da implantação de Itaipu, causa de uma nova realidade.
- d. As possibilidades de acesso ao mercado de trabalho compatibilizando-se necessidade e disponibilidade.
- e. As funções das Secretarias do Planejamento e da Educação dentro do processo formador de mão-de-obra.

3. Setor dos organismos de planejamento.

A adequação de uma realidade de produção, mesmo até as mais amplas perspectivas de incremento conseqüente, com um quadro preciso do elemento "trabalho", fundamental no binômio capital/trabalho, não poderá ser conseguida, nem mesmo no plano das intenções, se abstrairmos da consideração o exame de nossos organismos de planejamento, tanto a nível micro-regional, como inserido em uma visão macro-regional.

A Comissão haverá de ouvir aqueles que, ligados, direta ou indiretamente à área, deverão ter muito para dar, em forma de subsídios, para o quadro montado.

A complexidade, aliadas à exigência de uma política clara no setor, estará, por certo, a recomendar a abertura do leque de proposições a serem levantadas.

Não pode, entretanto, o subscritor deste arrazoado,

fugir à colocação de alguns pontos preliminares:

a) A Universidade está cumprindo o seu papel no tangente à área de pesquisa paranaense, contando para tanto com o respaldo dos órgãos estaduais: é a primeira colocação que deve ser feita.

b. Até que ponto os organismos de ordenamento como a COMEC, IPPUC, IPARDES, etc., trabalham em áreas comuns.

c. Definida a vocação agrícola do Paraná e constatada a tendência urbanizante da população, indaga-se a ação desses organismos, destinada a garantir uma qualidade de vida na região metropolitana de Curitiba e nas áreas em vias de metropolização: é outra colocação que deverá ser considerada.

d. Coloca-se: com o que de concreto poderão contar os organismos classistas, patronais e de trabalhadores, no equacionamento do processo de produção e sua ampliação.

e. Definição de uma política oficial quanto à necessidade de o Paraná estabelecer os parâmetros compatibilizados a um processo global de desenvolvimento.

f. Deve caber à área de planejamento uma tomada de posição, relativa à "desparanização" de nossa economia.

g. O estudo objetivo para se constatar até que ponto o polo das decisões econômicas paranaenses estará divorciado do polo das decisões políticas.

HIPÓTESE TERCEIRA

Uma hipótese de trabalho, conseqüente às duas já levantadas, deve-se, evidentemente, referir-se à empresa paranaense como agente próprio do processo de produção, de serviços e de condicionamento de uma sistemática de vida.

A empresa, atuando em uma área definida e sobre uma porção do espaço geográfico, reflete a paisagem social, econômica e, mesmo, política. Ora, se for aceita a colocação de que o Paraná possa estar atuando como área periférica de outros centros polarizadores, então deve-se proceder a uma análise da empresa paranaense, enfocada sob este prisma.

Há variados sintomas, através dos quais será possível esta constatação.

Tentar identificar tais sintomas é um dever fundamental da Comissão que se propõe.

1. Setor de controle decisório das empresas.

Basicamente terá a Comissão a incumbência, ouvidas as partes atinentes, de levantar os ramos das atividades, seja do setor primário, seja do secundário, seja do setor de prestação de serviços, para que se determine até que ponto empresas, genuinamente paranaenses, estejam operando, estavam em operação ou deixarão de operar.

Faz-se preciso definir alguns pontos de ponderação acerca do que se coloca:

a. Haverá uma causa política e econômica para explicar a redução da rede bancária paranaense de quase duas dezenas de estabelecimentos de crédito para apenas uma empresa: a primeira colocação posta à análise da Comissão.

b. Até que ponto a empresa paranaense depende do suporte financeiro de instituições cuja sede decisória é estranha ao Paraná, centro de atuação.

c. Quais os ramos específicos da empresa paranaense passaram ao controle externo, seja nacional ou seja internacional é outra questão a ser levantada à Comissão.

d. Caberá definir qual é a posição da empresa paranaense em pontos fundamentais como: frigoríficos, usinas de açúcar, de café solúvel, madeira, papel, exportação de café, aproveitamento do milho, da soja e do algodão.

e. Uma análise da pecuária, tanto de leite como de corte, cujas crises são periódicas.

f. Qual tem sido e qual deverá ser a posição dos órgãos oficiais de planejamento e financiamento no momento em que uma empresa paranaense tem seu controle acionário transferido

para outros centros, deverá ser um ponto a analisar.

g. Como deve reagir o paranaense diante da indiscriminada captação de poupança popular realizada em nosso Estado, a favor de redes financeiras que, certamente, terão sua aplicação fora de nosso Estado, constitui um ponto a ponderar.

2. Setor de atuação da empresa paranaense.

Constatou-se que em diversos setores, a empresa paranaense não tem se feito presente e, em alguns casos, tem sido alijada pela imposição de fatores estranhos à sua vontade.

Aqui deverá caber à Comissão uma árdua tarefa, de vez que muitos interesses deverão estar em jogo, eis que é ponto fundamental dentro do espírito que pretende nortear os trabalhos da Comissão pleiteada neste documento.

Parece difícil estabelecer, a priori, os pontos a considerar, devendo-se aguardar a evolução do trabalho mesmo da Comissão.

Apenas como alternativas de trabalho, tão somente como alternativas de trabalho, deve-se levantar alguns pontos:

a. Ramos em que a empresa paranaense não se faz presente de forma alguma: deve ser o primeiro ponto colocado.

b. Áreas em que a empresa paranaense está sendo asfixiada pela potência e pelas versatilidades de empresas externas: coloca-se este ponto à ponderação da Comissão.

c. O que tem sido feito e o que deverá ser feito para garantir à empresa paranaense uma participação no processo de transformação de nossas matérias primas, deverá também ser uma colocação a mais.

d. As causas que levaram a empresa paranaense a uma debilitação, ou mesmo eliminação em alguns setores de atuação, é outro ponto a ser analisado.

e. Poder-se-á propor à consideração da Comissão, o fato de as empresas de comunicação sofrerem limitações a favor das chamadas redes nacionais.

3. Setor de desaparecimento da empresa paranaense.

Muitas foram as empresas paranaenses que desapareceram do cenário econômico do Estado e muitas estão a seguir a mesma senda. Multiplicam-se as situações falimentares e pré-falimentares, indicando que algo diferente acontece com o empresário aqui radicado.

Diversos deveriam ser os pontos a ser colocados para a apreciação da Comissão. Dependerá, em verdade, do roteiro que a Comissão, após sua instalação vier a propor e a seguir, na sequência dos trabalhos.

O subscritor da solicitação deixa, pois, de levantar pontos de ponderação "in limine", esperando que a Comissão deverá fazê-lo na elaboração do roteiro definitivo.

HIPÓTESE QUARTA

A quarta hipótese de trabalho levantada, em sequência às já propostas, deverá enfocar a evasão de recursos paranaenses, sob os mais variados títulos e pretextos.

Parte desta situação talvez caiba a uma legislação altamente concentradora e unitarizante, incompatível com o espírito federativo que, constitucional e historicamente, tem presidido o relacionamento Estado-Estado e Estado-União.

De outro lado, a Comissão não poderá se omitir diante de outras formas de evasão, provocada por fatores diversos que devem ser colocados:

a. Qual tem sido realmente a evasão de recursos paranaenses pelas Loteria Esportiva e Federal, é um ponto a ser levado em consideração pela Comissão.

b. A que nível tem ido o montante de recursos captados em forma de poupança, sob diversas modalidades, por instituições financeiras do eixo São Paulo-Rio-Belo Horizonte, será considerado pela Comissão.

c. Seria digna de apreciação a evasão provocada pelos

chamados "carnês" cuja publicidade, acenando com prêmios fantásticos, retira do Estado parcelas ponderáveis da poupança popular, o que a Comissão talvez levante.

d. Outras formas de evasão que, seguramente, os empresários propõem à consideração, durante o desenrolar dos trabalhos.

PRAZO E COMPOSIÇÃO.

Atendendo ao que estabelece o Capítulo V, Seção I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em seu artigo 31, parágrafo segundo, ainda em seu artigo 34, requeiro, pela magnitude do tema exposto, seja a Comissão Parlamentar de Inquérito composta de nove (09) Senhores Deputados, respeitando-se o que determina o artigo 16, parágrafo único, inciso I, da Constituição Estadual do Paraná.

Como prazo para o levantamento de dados, sua apreciação e conclusões, fica sugerido e requerido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

CONCLUSÃO

Não se pretendeu esgotar o assunto nesta fundamentação e muito menos os diversos pontos a serem colocados à apreciação da Comissão Parlamentar de Inquérito que se pleiteia.

Mais do que tudo, foi o ESPÍRITO PARANISTA que presidiu a intenção do subscritor da solicitação, ao propor esta jornada especial de trabalho parlamentar.

Acreditando na autonomia efetiva das unidades de uma Federação de Estados e no direito inalienável do povo que constrói a grandeza desta Unidade da Federação Brasileira, com os olhos voltados para o fortalecimento de toda a Federação, afirma-se que o todo não será forte, se fortes não forem as suas partes todas.

Assim, deseja-se programar um tempo de investigação.

A investigação há de ser muito mais científica que político-partidária.

Política, ela o será sempre, pois a POLÍTICA é a forma mais nobre e eficiente de se operar em benefício do BEM COMUM. Esta deverá ser a norma da Comissão.

Supra-partidária, por dizer respeito ao que de mais caro tem o Paraná e seu Povo que, integrados, tem uma destinação histórica a atingir.

A Natureza determina a tendência do espaço geográfico, enquanto o Homem organiza, hierarquicamente, este espaço, definindo o nosso Destino.

E grande há de ser o Destino do Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1977.

(a) RENATO BERNARDI. Apoiantes: Trajano Bastos, Muggiati Filho, Lúcio Machado, Domício Scaramella, Jayme Rodrigues Carvalho, Maurício Fruet, Osvaldo Macedo, Valter Pietrângelo, Edilson Alencar, Lineu Turra, Antônio Facci, Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Accioly Neto, Fidélino Tolentino, Hélio Manfrinato, Waldenício Barbalho, Ernesto Dal'Oglio, Enéas Faria e Adalberto Daros.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a satisfação de registrar, neste Plenário, a presença dos Srs. Aluisio Valério e Almiro Baubermann, Prefeitos Municipais de Palotina e Marechal Cândido Rondon, respectivamente.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

A Presidência abre, de acordo com o que dispõe a Resolução 02/71, que deu nova redação ao artigo 197, do Regimento Interno, prazo de três dias para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição do Estado, subscrita pelos Srs. Deputados Lineu Turra e Nilso Sguarezi, com apoioamento constitucional.

A Presidência recebe do eminente Deputado Muggiati Filho, e encaminha para a juntada à Proposição 391/77, emenda à Carta Estadual, sugestões.

Todavia, a Presidência para cumprir disposição regimental deve informar-se se a Comissão Especial que trata o art. 198, do Regimento Interno, já está devidamente composta, para, somente após, determinar as providências regimentais de convocação dos Srs. Membros para a instalação da referida Comissão.

A Presidência recebe requerimento do Sr. Deputado Renato Bernardi, em que requer instituição de uma CPI, para analisar o esvaziamento da economia paranaense, e conseqüentemente, a descapitalização da empresa do Paraná.

Considerando constitucional e regimentalmente em condições de ser recebido, manda que se processe a devida autuação.

Da mesma forma que, regimentalmente, os Srs. Líderes dos Partidos indiquem os membros, mantida a proporcionalidade regimental e constitucional.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente. Necessita de apoio. APOIADO.— Irá à C.C.J.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, devidamente apoiada, constante do expediente.— Irá à C.C.J.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio.— APOIADO.— Irá à C.C.J.

Emenda Aditiva ao Projeto de lei 91/76, de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente. Necessita de apoio.— APOIADA.— “Será anexada ao projeto”.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 49/77, Mensagem 64/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 1o., ao inciso I do artigo 2o., ao “caput” do artigo 3o. e aos parágrafos 1o. e 2o. do artigo 5o. da Lei 6568, de 24/06/74. (Participação do Estado do Paraná no Plano Nacional de Habitação — PLANHAP).— APROVADO.

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI NÚMERO 49/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — O artigo 1o., o inciso I, do artigo 2o., o “caput” do artigo 3o. e os parágrafos 1o. e 2o., do artigo 5o., da Lei 6568, de 24/06/74, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a adotar todas as providências necessárias à participação do Estado no Plano Nacional de Habitação Popular — PLANHAP, com os seguintes objetivos:

I — reduzir gradualmente, até sua eliminação, o “deficit” estadual de habitação para famílias com renda equivalente a até 5 (cinco) vezes o maior salário mínimo vigente no país, ou até 22 UPC, admitido, alternativamente, o maior dos dois valores;

II — propiciar atendimento da demanda de habitações das novas famílias, na mesma faixa de rendas;

III — proporcionar condições para melhoria e ampliação de habitações já existentes;

IV — apoiar e ampliar programas e projetos de desenvolvimento comunitário”.

“Art. 2o.

I — celebrar, com o Banco Nacional de Habitação — BNH, convênio institutivo do PLANHAP, a nível estadual, aditando-o quando se fizer necessário.

“Art. 3o. O FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR — FUNDHAP terá valor suficiente para cobrir as despesas necessárias à sua gestão e às necessidades financeiras decorrentes das responsabilidades que lhe forem atribuídas na

execução do PLANHAP”.

“Art. 5o.

“§ 1o. — Sem prejuízos do disposto no art. 4o. e no “caput” deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado, de acordo com as normas operacionais do BNH, empréstimos até o valor equivalente a 1.762.000 (um milhão setecentos e sessenta e duas mil Unidades Padrão de Capital do BNH, para atender às responsabilidades financeiras do Estado com a execução do PLANHAP no quadriênio 1976/1979”.

“§ 2o. — Fica igualmente autorizado o Poder Executivo a garantir os empréstimos concedidos pelo BNH à entidades da administração indireta do Estado, inclusive às COHABs e aos Municípios, para investimentos vinculados ao PLANHAP no quadriênio referido no parágrafo anterior”.

Art. 2o. — Os atos, contratos e outros documentos de qualquer natureza em que as Companhias de Habitação Popular COHABs e outros Agentes Promotores do PLANHAP no Estado, devidamente credenciados pelo BNH, sejam partes interessadas, ficam isentos de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza.

Parágrafo único. — Nos processos judiciais e nos atos e documentos do foro extra-judicial, de cartórios, de tabeliães, registros civis, registro de imóveis e registro de títulos e documentos, as custas e emolumentos dos serventuários respectivos que devam ser pagas pelas entidades indicadas no “caput” deste artigo sofrerão uma redução de 50 por cento sobre os níveis vigentes na data dos atos a que se referirem.

Art. 3o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 54/77, de autoria do Deputado IVAN RUPPEL, que declara de utilidade pública o ABRIGO DE MENORES SÃO VICENTE DE PAULA, com sede na cidade de Engenheiro Beltrão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA. APROVADO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 83/75, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI anexo ao Projeto de Lei 47/77, de autoria do Deputado ALFREDO GULIN, que altera o inciso II, do art 130 da Lei 6174, de 16/11/70. (Estatutos dos Funcionários Civis do Estado). Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CF, por unanimidade.—

Sobre o referido projeto, foram apresentadas as seguintes emendas:

de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, com apoio de regimento, constante do expediente. (Lê a emenda no. 1);

de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, devidamente apoiada, constante do expediente. (Lê a emenda no. 2).

de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, devidamente apoiada, constante do expediente. (Lê a emenda no. 3).

Considerando a necessidade da audiência da Comissão Técnica, a Presidência determina o retorno do projeto à Comissão de Constituição e Justiça, para que se pronuncie da constitucionalidade das emendas propostas.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 91/76, de autoria do Deputado PAULO CAMARGO, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, o lote no. 10, da quadra 64, da Planta Oficial daquela cidade. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.—

Sobre o referido projeto foi apresentada emenda de auto-

ria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante de expediente.— Em votação o projeto.— APROVADO. Em votação a Emenda APROVADA.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 51/77, de autoria do Deputado Augusto Carneiro, anexo ao Projeto de Lei 04/77, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública a "Guarda Mirim de Campo Mourão", com sede na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 53/77, de autoria do Deputado Accioly Neto, que denomina "Professor Gaspar Duarte Velloso", o Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná, situado em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 56/77, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo, que declara de utilidade pública a "Sociedade São João Batista", com sede e foro na cidade de Bocaiúva do Sul. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 155/76, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que integra no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga o município de Cascavel e Formosa do Oeste. Pareceres CONTRÁRIOS da CCJ e CF e FAVORÁVEL da COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 146/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 334/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ivaí, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 147/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 335/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ivaiporã, objetivando execução de reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 148/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 336/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de "Ivatuba", objetivando execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 149/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 338/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Jundiá do Sul, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 150/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 340/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município da Lapa, objetivando reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 151/77, de autoria

da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 341/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Loanda, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 152/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 342/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Mandaguáçu, objetivando execução em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 153/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 343/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Mal. Cândido Rondon, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 162/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 362/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Rio Azul, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 163/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 363/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Salto do Lontra, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 164/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 367/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Mariana, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 165/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 368/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Santo Antônio do Sudoeste, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 166/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 372/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 167/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 375/77, aprova o ter-

mo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Tapira, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA. APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 168/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 376/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Tijucas do Sul, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 169/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 377/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Toledo, objetivando execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 170/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 379/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Xambê, objetivando execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 171/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 380/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Wenceslau Braz, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 200/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 365/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Inês, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino como específica, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 201/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 370/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Jorge do Oeste, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar de São Jorge do Oeste, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 208/77, de autoria da CCJ, Mensagem 09/77, ex-Proposição 170/77, aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santa Isabel do Ivaí, objetivando a execução de obras de controle a erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 209/77, de autoria da CCJ, Mensagem 15/77, ex-Proposição 176/77, aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Santa Isabel do Ivaí, obje-

tivando execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 217/77, de autoria da CCJ, Mensagem 38/77, ex-Proposição 235/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Arapoti, objetivando execução de obras de reparos no prédio do Grupo Escolar Gaspar Veloso, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 218/77, de autoria da CCJ, Mensagem 60/77, ex-Proposição 288/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Alvorda do Sul, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, naquela comuna. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 219/77, de autoria da CCJ, Mensagem 60/77, ex-Proposição 294/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Piraquara, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Romário Martins, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 221/77, de autoria da CCJ, Mensagem 61/77, ex-Proposição 306/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Presidente Castelo Branco, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 222/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 317/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Campina Grande do Sul, objetivando execução de obras de reparos em estabelecimentos de ensino na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 223/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 321/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Cêu Azul, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Leônicio Correa e Vital Brasil, na sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 224/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 337/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Jaguariaíva, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Hospital Carolina Lupion, na sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 225/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 339/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná

através da Secretaria da Administração e o Município de Jussara, objetivando a execução de reparos em prédios do Estado naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 226/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 346/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Marumbi, objetivando a execução de reparos onde funciona o Ginásio Estadual Joaquim José da Silva Xavier, daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 227/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 377/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Isabel do Oeste, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Barão do Rio Branco e a Unidade Sanitária da sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 228/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 371/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o Município de São Miguel do Iguaçu, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— em regime de urgência.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 229/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 374/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o Município de Tapejara, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Tapejara, na sede daquele município. EM REGIME DE URGÊNCIA — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 88/76, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que concede o título de "Cidadão Benemérito do Paraná" ao ex-Deputado Estadual Aldo Laval. (Anexo projeto de lei 195/76, do mesmo autor e com idêntico objetivo). Com Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 88/76

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica concedido o título de "Cidadão Benemérito do Paraná" ao ex-Deputado Aldo Laval.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1976.

(a) Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

A biografia que anexamos ao presente, bem como a fotocópia do processo que se constituiu no projeto de lei através do qual o Município de Curitiba outorgou o Título de "Cidadão Honorário de Curitiba", ao ex-Deputado Estadual Aldo Laval, bem justificam a homenagem que através do presente projeto de lei queremos seja prestada pelo Estado do Paraná a este cidadão que no decorrer de sua vida pública, inúmeros e inestimáveis serviços prestou à coletividade paranaense.

Com isto, temos a certeza de contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI NÚMERO 195/74.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao ex-Deputado Aldo Laval.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1974.

(a) Igo Losso.

JUSTIFICATIVA:

Durante meus doze anos de vida pública, como Deputado Estadual apresentei somente dois projetos de leis, que concedeu o título de cidadania honorária do Paraná.

A primeira ao então Consul da República Federal da Alemanha, Dr. Roland Zimmermann pelos relevantes serviços prestados ao Paraná quando de sua gestão. O segundo o foi para o Ministro Mozart Victor Russomano, Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, que também tem prestado ao Estado serviços da maior significação.

Agora, apresento este terceiro, para o grande paranaense e idealista Aldo Laval, porque ele realmente o merece, pois sua vida inteira tem sido em favor das grandes causas populares.

Seus trabalhos estão consubstanciados na concretização real de muitas das suas idéias.

Sempre fomos um parlamentar que combateu as concessões ilimitadas de honrarias e a sua vulgarização, razão pelas quais ao longo de doze anos, apresentamos tão reduzido número de projetos desta natureza, correntes com a nossa linha de conduta.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMEROS 195/74 e 88/76.

Referido projeto de lei foi apresentado pelo Deputado Igo Losso em 03/12/74, tendo recebido apoio em 5/12 do mesmo ano, data em que foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Em 31 de março de 1975 foi designado o Senhor Deputado Ivan Rüppel para relatar a matéria.

Na reunião da CCJ, de 09 de abril de 1975 foi oferecido o parecer, tendo na ocasião o Senhor Deputado Nilso Sguarezi, pedido "vistas", na forma do art. 60, § 8o. do Regimento Interno.

Em 04 de junho de 1975 o Senhor Deputado Nilso Sguarezi solicitou para que fosse ouvido o Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Tal providência anteriormente tomada através do ofício 40/75, teve atendimento através do ofício 285/75-GP datado de 22 de maio de 1975, pelo qual o Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, comunicava esta Casa de que nada tinha a opor quanto à concessão da honraria.

Em 13 de agosto de 1976 é apresentado pelo Senhor Deputado Ezequias Losso um novo projeto de lei sob número 88/76, através do qual se pretende conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao ex-Deputado Aldo Laval.

Em 18 de agosto de 1976, a CCJ, designa o Senhor Deputado Nilso Sguarezi para relatar referido projeto de lei.

Em 30 de setembro de 1976 o relator solicita para que sejam ouvidos os titulares dos poderes Executivo e Judiciário.

Em 08 de março de 1977 através do Ofício 228/77 GP, o Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado comunica a Casa que "nada obsta a que seja aprovado o Projeto de Lei 88/76, como forma de evidenciar o reconhecimento do Paraná à figura essencialmente humana de Aldo Laval."

Em 11 de março de 1977, por despacho do Presidente desta CCJ é determinada a anexação ao projeto de lei da referida comunicação.

Na verdade, observadas as exigências legais para a conces-

são de títulos de benemerência ou cidadania honorária, observava-se pela farta documentação juntada em ambos os projetos, que tais condições estão plenamente satisfeitas, a saber:

- desempenho com denodo de função pública;
- contribuição científica, cultural, artística ou literária;
- ação em favor de obras de relevante valor social;
- participação ativa na defesa dos postulados democráticos e instituições brasileiras.

Em tais condições, opinando pela anexação dos dois projetos de lei, entendamos que deva esta Comissão apreciar o Projeto de Lei número 88/76 da autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, o qual pleiteia a concessão de cidadania benemerita do Paraná ao ex-Deputado Estadual ALDO LAVAL.

Assim, o nosso parecer é nosentidade que seja a proposição tida como em condições de ser submetida à consideração do plenário, com a recomendação pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei 73/77, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo, que declara de utilidade pública a "Ação Social São Pedro", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA. - APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 73/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. - Fica declarada de utilidade pública, a "Ação Social São Pedro", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2o. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1977.

(a) Quielse Crisóstomo.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

A documentação que anexamos ao presente comprova o que acima afirmamos.

Além das exigências legais, temos a acrescentar, que a Ação Social São Pedro, fundada em 1964, no bairro de Umbará nesta Capital, desde a sua fundação vem prestando inestimáveis serviços à coletividade daquele populoso bairro de nossa Capital, no setor beneficente, educativo, cultural e filantrópico, razão pela qual apresentamos o presente plano de lei, que temos certeza contará com o apoio dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI NÚMERO 73/77

1 - O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, visa declarar de utilidade pública a Ação Social São Pedro, com sede e foro nesta Capital.

2 - Examinando a documentação que acompanha o plano de lei, constatamos que o mesmo se encontra em perfeitas condições de ser apreciado e votado por esta Casa de leis, pois,

a) está registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas competente;

b) vem funcionando regularmente há mais de 1 (hum) ano;

c) seus membros de Diretoria não percebem qualquer remuneração ou auxílio.

3 - Nestas condições, opinamos pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado

do expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que através do DER providencie, com urgência, o uso do desvio da estrada construída em Mandaguari. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado e Ministro da Educação e Cultura, no sentido de que seja criado e instalado um Curso de Agronomia, junto a Universidade Estadual de Londrina. APROVADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja destinada uma Comissão de Parlamentares para visitar em caráter oficial as obras da Usina Hidrelétrica Itaipu-Binacional. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante de expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que na distribuição de novas quotas de trigo para o Estado do Paraná, passem a ter primazia os moinhos de diversos municípios com uma reserva de 40.000 (quarenta mil Toneladas) somente para eles. - Em discussão - Encerrada a discussão. - Em votação.

O SR. LÁZARO DUMONT - Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O motivo da apresentação deste requerimento ao Sr. Ministro da Agricultura é exatamente porque os jornais, há dias passados, têm trazido em manchete, notícias publicadas que foram dadas à imprensa pelo Presidente do Sindicato dos Moinhos de Trigo no Estado do Paraná, Em que, segundo aquele cidadão, o passeio do trigo terminaria no Paraná.

Com o que, lamentavelmente, nós discordamos, porque, pelo que estamos tendo conhecimento, os moinhos do interior do Paraná que são em número aproximadamente 30, estes ficarão, novamente, sem a distribuição de cotas.

E as cotas que seriam aumentadas ao Paraná, 70 mil cotas, 70 mil toneladas, seriam distribuídas já aos moinhos que vêm moendo trigo no Estado do Paraná, muitos deles pertencentes aos grupos das multinacionais. As outras 120 mil toneladas que dentro em breve seriam distribuídas ao Estado, estas, já estão sendo dadas ao Moinho Santista que dentro em breve deverá iniciar o seu trabalho na cidade de Ponta Grossa.

Portanto, Sr. Presidente, o que notamos é que 30 moinhos do Estado do Paraná localizados por este próprio requerimento, pode-se notar, nas cidades de Guaíra, Palotina, Mal. Cândido Rondon, Toledo, Corbélia, Guaraniaçu, Pato Branco, Laranjeiras do Sul, Francisco Beltrão, Campo Mourão, Maringá, Marialva, Mandaguari, Irati, Castro, Contenda, Ubiratã, Ivaiporã, Capanema, Dois Vizinhos, São João do Sudoeste, Salto do Lontra, Verê, Pien e Assis Chateaubriand.

Estes moinhos, muitos deles, inclusive há mais de 20 anos moendo trigo no Estado do Paraná, num levantamento feito se constatou de que estes moinhos, com 40 mil toneladas, dariam para abrigar toda a capacidade atual para a moagem de trigo no Estado. E estes moinhos passariam a ser registrados na SUNAB tirando de cota dizendo que os moinhos são clandestinos. Quando discordamos porque, muitos destes moinhos para ser implantados obtiveram, inclusive, financiamento do próprio Banco do Brasil para aquisição dos maquinários.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o registro de que se querem realmente acabar com o passeio do trigo no Paraná, terão que dar cotas a estes moinhos que estão centralizados nas verdadeiras áreas de produção porque todos nós sabemos que a maior parte das cotas oferecidas no Paraná hoje estão em Ponta Grossa com o Moinho Santista, ou agora aqui no Sul,

através dos moinhos de Curitiba.

Quando nós teríamos o trigo da região do Oeste, do Sudoeste, e grande parte do Paraná, ter que viajar 500 km. para se chegar a esses moinhos.

Por outro lado, não conhecemos ainda a super, para a SUNAB tudo é super, até as tabelas de preços são super, super portaria 35 e 36 que deveria ser publicada, portaria esta que regulamenta dando a cada Estado a garantia de moer o trigo que vier a consumir. Portanto, nestas condições, é que vai aumentar a moagem de trigo no Paraná.

O consumo, atualmente, é de pouco menos de 500 mil toneladas anuais. Isso daria a esses moinhos já registrados, um aumento de quotas, capatitando-os para 500 mil toneladas também anuais, e ficaria aqui então a pergunta: Por que essa portaria não se cumpre também no Estado de São Paulo, dando ao Estado de São Paulo a mesma condição do Estado do Paraná, ou de outros Estados produtores de trigo? Que o Estado de São Paulo também passe a moer o trigo de acordo com sua produção. E nós não teríamos mais do que 100 ou 150 ou 200 toneladas de trigo moído no Estado de São Paulo.

O que a gente nota é que, mais uma vez, uma ação indiscriminada contra os pequenos moinhos do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em votação o requerimento do Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Requeiro à Mesa que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência atende a pretensão do nobre Deputado e solicita ao Sr. 1.º Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de quorum.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal) (Pausa)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Responderam a chamada 25 Srs. Deputados. Não há quorum para deliberação. Todavia, há quorum para prosseguimento da sessão.

Continua em discussão o requerimento do Sr. Deputado Lázaro Dumont. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante de expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que determine providências para a instalação de uma agência desse estabelecimento de crédito na cidade de Cuiabá, Capital de Mato Grosso. — Em discussão. ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante de expediente anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que, através da Presidência do Banco do Estado do Paraná S/A., sejam prestadas informações sobre a participação daquele estabelecimento de crédito em operação que teria sido procedida conjuntamente com outros Grupos Seguradores, visando a elevação de capital social da Paraná Companhia de Seguros, conforme editais publicados nos jornais "Gazeta do Povo" e "O Estado do Paraná". —

Sobre o referido requerimento se faz acompanhar de outro de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante de expediente de sessão anterior, em que se solicita retificação quanto ao seu encaminhamento. — Em discussão o requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, este requerimento apêndice para fazer a modificação, eu peço, com a devida vênica a V. Exa., que retire e deixe só o requerimento

original.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência atende e retira o requerimento apêndice. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para discutir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A propósito do pedido de informação do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, tenho a satisfação de prestar os seguintes esclarecimentos:

(Lê): "I — O Banco do Estado do Paraná SA passou a participar da Paraná Cia. de Seguros, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil, conforme cópia da carta anexa, e sua participação foi homologada pela Superintendência de Seguros Privados e Capitalização "Susep";

II Subscreeveu, na elevação do capital da referida seguradora, de Cr\$ 10 para 30 milhões, a parcela de Cr\$ 7,5 milhões, correspondentes a 7.500.000 ações ordinárias, nominativas, com direito a voto, correspondentes a 25 por cento do capital votante;

III Os demais participantes, bem como os valores de suas respectivas cotas são os constantes de relação anexa;

IV O Banco do Estado do Paraná SA, não participa de nenhuma outra seguradora; aliás as normas do Banco Central do Brasil vedam a participação em mais do que uma empresa da espécie;

V As 7.500.000 ações representativas de nossa participação, já integralizadas em 50 por cento, foram subscritas em 31.03.77, com ágio de Cr\$ 0,50 por ação, sendo, portanto, de Cr\$ 11.250.000,00 o seu custo final; a parcela de ágio foi contabilizada pela Paraná Cia. de Seguros no "Fundo de aumento de capital", para futura aplicação na elevação do capital social;

VI O Banco do Estado do Paraná SA, e o Banco Bamerindus do Brasil SA, poderão indicar, cada um, dois (02) diretores e os acionistas restantes, outros dois (02);

VII Ainda não foram indicados os diretores, que representarão o Banco do Estado do Paraná SA, na nossa nova coligada; sua indicação será da alçada da Diretoria do Banco, ouvido o Governo do Estado;

VIII Não haverá possibilidade de prejuízo a outras seguradoras que venham a nos confiar a cobrança de seus prêmios; as que possam ter este receio têm a alternativa de confiar a cobrança a outros estabelecimentos bancários.

3. Desejamos informar a V. Exa., por oportuno, que há longo tempo o Banco do Estado do Paraná SA, contemplava a possibilidade de participar de uma companhia de seguros — já que o CONTROLE acionário é atualmente vedado pela legislação vigente — porém as dificuldades para a eleição de um parceiro decorriam, basicamente, dos seguintes fatores:

a. o elevadíssimo ágio exigido para a aquisição ou subscrição de parcela expressiva das cias. idôneas em boa posição no mercado;

b. falta de conhecimento do ramo da parte de nosso corpo administrativo, para avaliar o risco de participar de seguradoras em dificuldades, as únicas constantemente oferecidas com ágios menores;

c. A dificuldade em eleger um grupo capaz de oferecer contra partida equitativa ao valor intrínseco da nossa rede de agências como elemento captador.

4. Esta oportunidade afinal se ofereceu, com a oferta de participação feita pelo Banco Bamerindus do Brasil, aceita em virtude de apresentar as seguintes vantagens:

a. a indiscutível idoneidade e projeção nacional do grupo ofertante;

b. a qualidade de grupo financeiro e segurador genuína-

mente paranaense;

c. o ágio moderado — conversível em capital — cobra da cessão da parcela oferecida à subscrição;

d. a extensão de sua rede de captação, representada por agências no Paraná e no Brasil, em número maior do que a do Banco do Estado do Paraná;

e. a participação na Diretoria, em igualdade com a do próprio Banco Bamerindus do Brasil SA.

5. Quanto a possível contradição existente entre o fato de havermos passado a participar de uma seguradora e as reiteradas manifestações do Governo Federal, contrárias à estatização do setor, juntamos cópia de carta dirigida pela Federação Nacional dos Seguros Privados e Capitalização ao Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná, na qual taxativamente aquela Federação reconhece não haver qualquer ato jurídico condenatório ou defeso em lei, no caso da nossa participação na Paraná Cia. de Seguros e dá outros esclarecimentos.

6. Certos de havermos prestado todas as informações requeridas por V. Exa., reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração”.

São portanto, estes os esclarecimentos que entendíamos estar devendo ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, com relação ao seu requerimento, ora em discussão.

Tenho ainda em mãos uma cópia de carta enviada ao Presidente do Sindicato de Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Estado do Paraná e que fica perfeitamente esclarecida a total legalidade e legitimidade da participação do Banestado S/A na referida Seguradora.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Continua em discussão o requerimento do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Concedo a palavra em Explicações Pessoais, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a tribuna Sr. Presidente, mais na condição de ex-Prefeito Municipal de uma cidade interiorana e na condição também, Sr. Presidente, de ex-vice-Prefeito Municipal, do que propriamente na condição de Parlamentar e Presidente desta Casa de Leis.

Tenho assistido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta Casa, o desfilar de Srs. Deputados que na tribuna não têm poupado críticas e por vezes, denúncias que colocam a dignidade do Prefeito interiorano ao julgamento da opinião pública.

Sou, Sr. Presidente, daqueles que nesta Casa jamais se atreveu a levantar a voz para criticar atos de Vereadores e Prefeitos Municipais do interior. Sou político, Sr. Presidente, forjado no interior e, portanto, profundo conhecedor das dificuldades e dos sacrifícios enfrentados por aqueles que pela coragem, de administrando pequenas comunidades interioranas, e fazem do exercício da função pública um verdadeiro sacerdócio.

Não raras vezes, na maioria das vezes, e quase que na sua totalidade, vejo homens de experiência empresarial, atirarem-se de corpo e alma à vida pública, e no exercício dela, empobrecerem.

E no empobrecimento, sacrificarem sua família.

Há vinte anos, Sr. Presidente, que assisto, porque reivindico melhor atenção do Governo da República na distribuição da renda, para possibilitar aos municípios, condições melhores de sobrevivência.

E assisto, com muita tristeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando da tribuna desta Casa, intencionalmente, porque o objetivo é político, Sr. Presidente, procura-se atirar contra homens que tenho na conta de homens honestos, a pecha de administradores desonestos. Quando da tribuna, se afirma que o Tribunal de Contas rejeitou contas municipais dos exercícios

de 72, 73, 74 e 75 da administração municipal de Medianeira, se fala meias verdades, Sr. Presidente, porque ao Tribunal de Contas, não se lhe confere autoridade para julgar contas-de-ninguém, nem aprová-las, nem rejeitá-las, porque é uma atribuição do Legislativo nos diferentes escalões. Sou, Sr. Presidente, daqueles que acompanham a vida municipal, porque municipalista sou. E sei que quando o Tribunal de Contas emite um parecer prévio, na análise que faz da prestação de contas de determinado exercício, de determinada administração municipal o faz, à luz do cumprimento da técnica de elaboração orçamentária e financeira.

Sinto-me à vontade, Sr. Presidente, para afirmar aqui, até reptando, que se afirme aqui, se houve desvios de dinheiros públicos na administração de Medianeira, em que se possa envolver a figura do ilustre Prefeito Municipal, Luiz Bonato.

Houve, Sr. Presidente, e não há porque esconder, desvio de dinheiro na administração de Medianeira, e foi identificado o responsável, e determinado pelo Prefeito a abertura de um inquérito administrativo. E se apurou, Sr. Presidente, a verdade. E se encaminhou, como determina a Constituição, como determina a Lei Orgânica dos Municípios, e como determina o bom senso, que se remetessem os autos à Justiça, para que na Justiça Comum, fosse o funcionário público, relapso, responsabilizado pelos seus atos, porque destituído das suas funções já o foi.

Mas, pretender insinuar desonestidade ao Prefeito Luiz Bonato, porque o Parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas não considerou legais as contas prestadas.

E o que é mais sério, Sr. Presidente, o denunciante sabedor, porque por mim foi informado, dos motivos que determinaram a rejeição do parecer prévio. Aí a gravidade do fato, porque intencional.

Tenho comigo as informações e não pretendia vir à tribuna.

O Sr. Governador do Estado destituiu, há poucos dias, um Prefeito da Área de Segurança, porque verificando a gravidade das denúncias, concluiu pelo afastamento do cargo. Mas, esse fato não deve gerar a proliferação da destituição de prefeitos da Área de Segurança, há aí uma grande distância a ser percorrida.

Mas, convém que se diga aqui porque não se fecharam os balanços daquela Prefeitura Municipal: porque antes dessas contas existia um remanescente das administrações que foram de 1962 a 1968. Anteriores, portanto, à administração Luiz Bonato.

E entre essas contas que, desde 1968 vinham sendo adiadadas de ano para ano, destacam-se as despesas realizadas sem cobertura orçamentária, gastas em prol da construção da BR-163, a chamada “Estrada da Colônia”, onde o município de Medianeira reivindicava com municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, a construção daquela estrada. E foram gastas somas na promoção daquela campanha, com o compromisso de que todos os municípios, através de um rateio comum, fizessem as despesas. Muitos não a cumpriram, e Medianeira, Dalla Páscoa, que não era meu companheiro, mas que gastou na intenção de despertar nos governos federal, estadual, a necessidade da implantação daquela rodovia.

Igualmente, Sr. Presidente, atendendo instruções havidas na administração imediatamente anterior à administração de Dalla Páscoa, uma importância sem cobertura orçamentária, porque o Prefeito da época, com minoria na Câmara Municipal, adquiriu uma padiola e não pode contabilizar porque não tinha, na época, suficiência de recursos em caixa. Porque lhe negou a maioria que era Oposição, negou ao Prefeito Municipal de saudosa memória, Ângelo Darolt, autorização. E quando essa administração tendo assumido o compromisso e não tendo podido fazer com que os vereadores viabilizassem os créditos especiais, mesmo aprovados posteriormente, o Tribunal de Contas vinha, sob esse aspecto, negando-se, no parecer prévio, a consi-

derar o encontro de valores da receita e da despesa com os seus devidos empenhos.

Venho, Sr. Presidente, para falar em nome e em favor, na defesa de um homem que estabeleceu, na administração pública municipal, de Medianeira, a confiança do povo em seu governo municipal. Um homem que vimos, sob sua administração, florescer uma cidade que é, hoje, o orgulho de uma região extraordinária, rica e bela, a região do Oeste do Paraná. Um homem que assumiu a administração, que pagou as dívidas, que eletrificou a cidade e o município, asfaltou as ruas da cidade, abriu estradas, construiu escolas, atendeu o interior, modernizou a sua administração.

Mas é um homem que teve a infelicidade de ver o Paço Municipal incendiar-se. E o fogo a devorar, Sr. Presidente, o imóvel, os móveis, as máquinas e uma contabilidade bem posta. E este Deputado que está na tribuna acompanhado pelo Deputado denunciante, a requerimento do Sr. Deputado denunciante, compôs uma comissão especial para ir a Medianeira levantar as causas do sinistro.

E nós lá por diversos dias ouvimos depoimentos, alguns deles carregados de ódio dos opositores inconformados que não alcançam o Poder, porque em todas as eleições proporcionais que ali se realizam são fragorosamente derrotados.

Vergonhosamente derrotados.

E na última eleição viu-se um resultado de uma eleição comandada na vitória por este Prefeito que aqui...

O Sr. Ernesto Dal'Oglio — V. Exa. me permite um aparte?
O SR. IVO THOMAZONI — Permitirei, Sr. Deputado.

... Que aqui é objeto da maldade daqueles que não convivendo com ele, não conhecendo as suas virtudes de homem público e de cidadão, levantam dúvidas quanto à sua honrabilidade.

E fala-se da tribuna, Sr. Presidente, da intenção de um Vereador que legislando, conferir-lhe recursos para o pagamento de despesas hospitalares, consequência de uma intervenção cirúrgica que se submeteu na cidade de São Paulo.

Lembro-me, Sr. Presidente, que nesta Casa de Leis, na Casa de Leis do Estado do Paraná, a mesma atitude tiveram os Senhores representantes do povo quando votaram numa lei conferindo ao Estado o compromisso de pagar as contas médicas, hospitalares do então Governador do Estado, o saudoso Governador Pedro Viriato Parigot de Souza.

O SR. PRESIDENTE - (Ernesto Gnoato) (Faz soar os tímpanos)
O SR. IVO THOMAZONI — Requeiro regimentalmente que V. Exa. me conceda mais 15 minutos. (Assentimento). Obrigado.

E que na época esta Casa de Leis teve este comportamento, tido e havido na opinião pública como comportamento cristão, de solidariedade humana dos Representantes do povo do Paraná.

Mas quando um Vereador da Arena, nosso companheiro e, quero crer, amigo do Prefeito Luiz Bonato, sabendo das dificuldades financeiras porque passa o Prefeito Municipal que acumula também o exercício da Presidência de uma Cooperativa Agrícola, para, somando os dois vencimentos, trabalhando noite e dia, poder manter uma vida digna de um Prefeito de interior, quando alguém lhe estende a mão se lhe jogam pedras. Procura-se pintá-lo como um homem que não tem a preocupação no manuseio dos dinheiros públicos.

É Medianeira, Sr. Presidente, que pesem as dificuldades porque passou o município na queima da Prefeitura, uma das administrações que menos deve neste Paraná, que menor endividamento tem, no município, fora dele, no Estado, fora dele.

E é um município, Sr. Presidente, que tem a admiração de sua coletividade, menos dos adversários mais ferrenhos, daqueles que consideram esta a forma capaz de, nas eleições, procurar faturar alguns poucos votos a mais do que têm.

Nós, que assistimos aquela administração, mas que conhe-

ceamos o desvelo de Luiz Bonato, temos a obrigação de estar aqui hoje para defendê-lo. E, Sr. Presidente, com a convicção de que, nunca, nesta Casa de Leis, nos longos anos de vida parlamentar, de nunca, nesta Casa, haveremos assacado contra nenhum administrador municipal, contra nenhum vereador, qualquer denúncia, porque entendemos que se deva conferir à Câmara Municipal de Vereadores a autoridade que tem para julgar a administração e a Câmara de Vereadores de Medianeira aprovou todas as contas da Administração Luiz Bonato. Nenhuma está "sub-judice".

As resoluções todas foram aprovadas com a exigência do quorum regimental dos 2/3 do quorum privilegiado.

Bastasse, Sr. Presidente, que uma maioria simples desejasse invalidar o parecer prévio do Tribunal e não poderia fazê-lo porque sabia a legislação...

O Sr. Ernesto Dal'Oglio — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — ... confere a exigência do quorum privilegiado dos 2/3 para se manifestar na aprovação de contas, quando merece parecer prévio contrário à sua aprovação. E temos, Sr. Presidente, do Tribunal de Contas, a comunicação de haver recebido da Câmara Municipal de Vereadores as informações no tocante a essas aprovações.

Concedo, com muita honra, e sei que haverá de ser para mim, oportunidade rara, ouvir em aparte, S. Exa., o Sr. Deputado da Oposição, Dr. Ernesto Dal'Oglio.

O Sr. Ernesto Dal'Oglio — Agradecemos a concessão do aparte, nobre Deputado, que vem hoje à planície discutir.

Primeiramente, queríamos, em nome da bancada, dizer aos meus pares do respeito que o senhor tem dentro desta Casa, e agradecer aos meus pares que ficaram para escutar as suas explicações.

O SR. IVO THOMAZONI — O que agradeço.

O Sr. Ernesto Dal'Oglio — Estranho um pouco a atitude de V. Exa., nosso Presidente. Não entendo bem a sua maneira de ver as coisas, porque no caso de Santa Helena, nós sabemos que V. Exa. era a favor da moralização administrativa.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite que eu interrompa e vou lhe devolver a palavra. V. Exa. não tem o direito de me cobrar comportamento. Nesta Casa, disse e repito, jamais levantei a voz e estão aí os Anais a comprovarem, para dizer do comportamento de qualquer Prefeito da Arena ou do MDB, porque ninguém mais do que eu os respeita, até que não se ultrapasse o limite da honestidade administrativa.

O Sr. Ernesto Dal'Oglio — Nobre Deputado, não são nossas as palavras a respeito da rejeição pelo Tribunal de Contas, das contas da Prefeitura de Medianeira. Aqui está o xerox, Sr. Presidente. E nós, um dia após outro, vamos lê-lo da tribuna. por quê foram rejeitadas as contas pelo Tribunal de Contas. A Câmara é quem aprova as contas, como V. Exa. falou. E deve ter aprovado bem.

É hora da Câmara de Medianeira tomar uma atitude séria, pelo menos, dar a impressão de que tudo vai bem.

Nós, nos próximos dias, como estávamos dizendo, vamos dar conhecimento ao povo do Paraná, que as contas de Medianeira não estão muito corretas. Gostaríamos de entender, sem explicação, porque é que existe o Tribunal de Contas, se emite um parecer e, este, sequer, alguém toma conhecimento, como é o caso da Câmara Municipal de Medianeira. As contas foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas e aprovadas, por unanimidade, pelos Vereadores da Câmara do Partido do Governo.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa., eu interrompo V. Exa. e devolvarei a palavra a V. Exa., num instante.

O Sr. Ernesto Dal'Oglio — Nobre Deputado, por que se gasta tanto em pessoas, altamente gabaritadas? Pessoas com largos conhecimentos em contabilidade para formarem um juízo do dinheiro e do povo que contribuiu aos cofres da Prefeitura, mostrando a lisura do Prefeito? Ou mostrando a má distribuição ou a má devolução das economias em benefício do contribuinte,

revertendo em escolas, estradas?

Por que o Estado gasta tanto com o Tribunal de Contas, se seus pareceres são sumariamente olvidados, são sumariamente desprezados pelos Vereadores?

Vereadores, como em Medianeira, que alguns são empregados do Prefeito, sendo o Prefeito o patrão deles, é um pouco difícil esses Vereadores terem a liberdade de dizer as coisas como elas deviam ser.

São esses que, me parece que V. Exa. levantou, hoje, a voz para que se ponha uma peneira, para que, quem sabe diminuir a luz de onde devem ser examinadas as contas do Sr. Prefeito Municipal.

Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Ernesto Dal'Oglio, V. Exa. me força a fazer algumas observações:

Primeiro, ou V. Exa. é um homem mal informado, ou V. Exa. é vaidoso. Desculpe-me a franqueza.

V. Exa. não desconhece que de 62 a 68 e de 68 a 74, não menos de 90 por cento das administrações municipais recebiam parecer prévio contrário do Tribunal de Contas na apresentação de suas contas. E V. Exa. sabe mais do que ninguém, ou V. Exa. atribui que 90 por cento ou mais de 90 por cento dos administradores municipais deste Paraná, nos últimos dez anos, não são honestos. E a legislação é sábia ao conferir ao Poder Legislativo a aprovação ou rejeição, por quorum privilegiado, das contas dos Executivos.

Exatamente, por que, Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio?

Para que um erro de elaboração, um erro técnico de elaboração ou de execução orçamentária, não deixe o Prefeito, não jogue o Prefeito à maledicência da opinião pública.

E, no caso de Medianeira, V. Exa. foi feliz ao afirmar que a unanimidade da Câmara de Vereadores tem aprovado as contas municipais. E V. Exa. sabe também, que, nem na Arena, nunca Luiz Bonato conseguiu politicamente a totalidade dos Vereadores do seu Partido, no apoioamento de sua administração.

Mais do que, talvez, V. Exa. conhece as divergências políticas existentes entre o Sr. Luiz Bonato e outras grandes lideranças do meu Partido naquela município, lideranças que tinham mandato eletivo à Câmara Municipal de Vereadores.

Desejo, eminente Deputado, que V. Exa., comigo, saiba distinguir quando existe crime de peculato, de apropriação indébita, quando existe desonestidade, quando o Prefeito ou a administração se apropria de valores ou bens públicos para se locupletar.

E o Prefeito, como a maioria dos Prefeitos do Paraná e, quero acreditar, desse bendito Brasil, não pode se assessorar convenientemente, porque os vencimentos atribuídos ao contador, ao tesoureiro, ao chefe de tributação de uma Prefeitura são muito aquém do necessário para se indicar às administrações municipais homens que realmente tenham conhecimento de administração pública.

É quanto a isto que me insurjo, que se faça desta tribuna uma denúncia com fato determinado. Que se diga que o Prefeito Municipal desviou um cruzeiro dos dinheiros públicos. Que se diga que se apropriou indebitamente de alguma coisa pública e eu, Sr. Deputado, lhe darei o exemplo que já dei em oportunidade anterior, somando-me àqueles que pedem o afastamento do Prefeito Municipal.

Nesta Casa, confesso, não na tribuna nem no plenário, mas onde de direito, pesquisei, levantei e me convenci de que, numa administração, tendo havido desonestidade, me somei a quantos. E, no caso, há uma diferença muito grande de Medianeira. Houve o pronunciamento unânime da Câmara Municipal, votando um relatório que atribuía culpa ao Prefeito Municipal, quando agora em respeito que tenho ao Legislativo Municipal, reconheço que não há culpa nenhuma que se queira atribuir a Luiz Bonato por qualquer ato que pudesse ser menos digno.

O Sr. Ernesto Dal'Oglio — V. Exa. permite um aparte? — (As-

sentimento) V. Exa. sabe de nossa posição e de maneira nenhuma era capaz de afirmar que houve desvio de dinheiro. Falamos baseados no Tribunal de Contas, que merece nosso respeito.

Apenas pergunto a V. Exa., porque se mantém o Tribunal de Contas, gastando somas fabulosas — or mês, para manter esta gente de alto gabarito, para corrigir alguns erros das Prefeituras Municipais e algumas insistirem no erro, persistem no erro desde 1968, como V. Exa. disse. Não sabia que existiam outras contas.

Pergunto, por que se mantém o Tribunal de Contas? O SR. IVO THOMAZONI — Eu vou terminar, Sr. Presidente, não sem antes informar ao eminente Deputado Ernesto Dal'Oglio, que a Prefeitura Municipal de Medianeira cumpriu, Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, a todas as exigências feitas pelo Tribunal de Contas do Estado. E o remeteu ao Tribunal de Contas do Estado a cópia das leis e dos decretos que estavam faltando e não capeavam a prestação de contas, e que por isso mesmo mereceu o parecer prévio contrário.

Em nenhum instante o Tribunal de Contas se referiu a apropriação indébita ou ao desvio do dinheiro público, mas tão somente fez menção, Srs. Deputados, à ausência de leis autorizatórias para que a Prefeitura tomasse empréstimos à conta do excesso de receita, para que tivesse fundo para fazer face a despesas a serem contraídas com a aquisição de máquinas ou implementos.

Aí a diferença de entendimento, eminente Deputado. É salutar a existência do Tribunal de Contas, porque o Tribunal de Contas analisa à luz do Decreto 200, da Lei 4320, a legislação enfim, que normatiza, que dá as normas à execução orçamentária e financeira de uma administração.

Agora, em se chegar deste ponto a atribuir-se desonestidade a alguém, vai uma distância muito grande. Sr. Deputado. Porque amanhã a imprensa dirá que S. Exa. o Sr. Deputado representante do Oeste do Paraná, desta tribuna, como já o fez anteriormente, acusa o Prefeito de não ter tido as suas contas aprovadas, quando não é esta a verdade. As contas foram aprovadas à luz da Constituição, à luz da Lei Orgânica...

O Sr. Ernesto Dal'Oglio — Não sou eu quem diz, foi o Tribunal de Contas.

O SR. IVO THOMAZONI — Não senhor. O Tribunal de Contas não aprova e não rejeita. Quem aprova ou rejeita é a Câmara Municipal, e a Câmara as aprovou. Para que esta maldade não fique no espírito do povo é que eu solicito a que V. Exa., quando novamente vier à tribuna para falar contra o Prefeito de Medianeira ou outro, venha no Grande Expediente, ou nas Explicações Pessoais: confira-me o direito de também dialogar. Que não fique no Pequeno Expediente, jogando a denúncia, para que não haja a correspondente defesa.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o seu tempo está esgotado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, pela ordem.

Desejo invocar o mesmo direito que foi dado ao ilustre Deputado que ocupa a tribuna, para que este Deputado, na qualidade de líder de sua bancada, dê a explicação sobre uma afirmação talvez injusta, que o ilustre Deputado Ivo Thomazoni deu da tribuna.

Eu devo dizer a V. Exa., Deputado Ivo Thomazoni, que com respeito ao fato de não ter o ilustre Deputado Ernesto Dal'Oglio ocupado o Grande Expediente, foi por exclusiva falta de tempo, porque as inscrições, como sabe V. Exa., eram muitas. E este Deputado me procurou para que eu cedesse o horário da liderança para que se ocupasse deste assunto. Não o fiz porque já havia prometido ao Deputado Renato Bernardi o horário que é destinado à liderança.

Era a explicação que eu queria dar a V. Exa. e à Casa. O SR. IVO THOMAZONI — A Presidência ao sair da tribuna, aceita a explicação. Todavia, não menos em meia dúzia de vezes ocorreu o episódio e sempre no Pequeno Expediente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei números 94/76, 05/77, 06/77, 11/77, 19/77, 20/77, 29/77, 34/77, 35/77, 37/77, 41/77, 42/77, 44/77, 48/77, 50/77 e 60/77. E de Resolução números 03, 07, 10, 14, 21, 25, 32, 33, 42,

43, 44, 45, 47, 49, 50, 52, 54, 56, 61, 64, 65, 66, 67, 71, 73, 74, 75, 78, 82, 85, 98, 115, 118, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 172, 230, 231, 46 e 232/77
3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 91/76, 51/77, 53/77, 56/77 e 155/75. E de Resolução números 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 200, 201, 208, 209, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 225, 224, 226, 227, 228 e 229/77.
2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 88/76 e 73/77.
Levanta-se a Sessão.